

O Município do Funchal na Ditadura Militar e no Estado Novo (1926-1974)

The Municipality of Funchal in the Military Dictatorship and Estado Novo (1926-1974)

*Emanuel Janes*¹

Resumo

O presente estudo tem por base a acção das várias comissões administrativas da Câmara Municipal do Funchal durante a Ditadura Militar e o Estado Novo, entre o golpe militar de 28 de Maio de 1926 e a revolução de 25 de Abril de 1974.

Durante o primeiro período, a Câmara Municipal do Funchal vivia numa situação instável, a nível económico e político, resquícios ainda da política republicana, em que as facções se digladiavam constantemente, causando prejuízos graves à autarquia. As polémicas mantidas durante os mandatos dos últimos dois presidentes das comissões administrativas, Gastão de Deus Figueira e Luís da Rocha Machado, fizeram emperrar o desenvolvimento da cidade.

Fernão de Ornelas, que substituiu este último, fez de um burgo quase rural, com características medievais, uma cidade moderna. Mesmo com os contratempos da época, já que se vivia num período de grande recessão económica (reflexos da queda da Bolsa de Nova Iorque, de 1929, e consequentes falências bancárias), de graves perturbações políticas (Guerra Civil de Espanha e Segunda Guerra Mundial), conseguiu erguer uma cidade nova, sem descaracterizar a antiga, dando forma a velhas aspirações dos funchalenses, numa obra que ainda hoje perdura no imaginário da cidade e que merece ser relevada como uma marca indelével da sua acção.

Os seus sucessores, Óscar Gonçalves, a quem se ficou a dever a resolução do problema do fornecimento da luz eléctrica à cidade, procedendo à municipalização deste serviço, João Valente, António Sardinha, a quem se deveu o equilíbrio das contas da Câmara, e

¹ Licenciado em História e Mestre em História Contemporânea de Portugal, pela Universidade de Lisboa. Investigador no Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira | Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. Tem estudado, mormente, História Política e Institucional da Madeira nos séculos XIX e XX. Contacto: emanueljanes@gmail.com.

Fernando Couto, a quem se deveu o mérito de concretizar o 1.º Plano Director para a cidade do Funchal, seguiram as ideias de Fernão de Ornelas Gonçalves. António de Agrela Loja esteve na presidência da Câmara por muito pouco tempo, devido ao golpe militar de 25 de Abril de 1974.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Estado Novo; Comissão Administrativa; Câmara Municipal do Funchal.

Abstract

The present study is based on the action of the various administrative commissions of the Municipality of Funchal during the Military Dictatorship and the Estado Novo, between the military coup of May 28th, 1926, and the revolution of April 25th, 1974.

During the first period, the Funchal City Council lived in an unstable situation, at an economic and political level, still remnants of republican politics, in which factions constantly clashed, causing serious damage to the autarchy. The controversies maintained during the terms of the last two presidents of the administrative commissions, Gastão de Deus Figueira and Luís da Rocha Machado, hampered the development of the city.

Fernão de Ornelas, who replaced the latter, transformed an almost rural village, with medieval characteristics, into a modern city. Even with the setbacks of the time, in a period of great economic recession (consequences of the Wall Street Crash, in 1929, and consequent bank failures), of serious political disturbances (Spanish Civil War and World War II), he managed to build a new city, without distorting the old one, giving shape to the old aspirations of the people of Funchal, in a work that still lingers in the city's imaginary and which deserves to be highlighted as an indelible mark of its action.

His successors, Óscar Gonçalves, who solved the problem of electricity supply to the city, proceeding to the municipalization of this service, João Valente, António Sardinha, responsible for the balance of the City Council finances, and Fernando Couto, to whom belongs the credit for completing the 1st Master Plan for the city of Funchal, followed the ideas of Fernão de Ornelas Gonçalves. António de Agrela Loja was president of the City Council for a very short time, due to the military coup of April 25th, 1974.

Keywords: Military Dictatorship; Estado Novo; Administrative Commission; Funchal City Council.

1. Da Ditadura Militar ao Estado Novo

Uma das questões mais pertinentes que se colocavam aos defensores do golpe de 28 de Maio de 1926 era a questão municipal, que já vinha sendo debatida desde os primórdios da República. Logo a 13-07-1926, o Governo da Ditadura Militar decidiu dissolver todos os corpos administrativos do Continente e Ilhas Adjacentes, «por não serem considerados dentro do espírito que fez eclodir o Movimento de 28 de Maio»².

² *Diário da Madeira*, 20-07-1926, n.º 4516.

Enquanto não fossem nomeadas as respectivas comissões administrativas, ficavam encarregados do expediente nas juntas gerais os governadores civis, nas câmaras municipais os administradores dos concelhos, e nas juntas de freguesia os regedores; os governadores civis indicariam, entretanto, ao ministro do Interior, no prazo de dez dias para o continente e de vinte para as ilhas adjacentes, os nomes dos cidadãos que haveriam de compor as comissões administrativas. Em conformidade com esse decreto, o comissário da Polícia Cívica do Distrito do Funchal, João Macedo Faria, tomou conta do expediente da Câmara Municipal do Funchal (CMF) até nomeação da futura Comissão Administrativa. Mais tarde, a 05-05-1932, o Decreto-Lei n.º 19694 impôs já um cariz corporativo às Câmaras Municipais, estabelecendo os grandes princípios que iriam presidir à organização dos corpos administrativos; só em 1936, com a publicação do Código Administrativo, ficaram definitivamente assentes as bases administrativas do país³.

Manuel Pires Bento⁴ escrevera, em 1928, aquela que foi considerada a obra crucial do municipalismo português de então, inserida na tradição nacional, tão ao gosto dos integralistas e que serviu de inspiração aos legisladores do Estado Novo⁵. Evocando os primeiros séculos da História Nacional, propunha a adaptação da tradição aos novos tempos, já que «a soberania municipal se exercia numa assembleia, em que todas as opiniões, todas as classes estejam representadas»⁶. Defendia a elaboração

³ Durante o período da Ditadura Militar e no Estado Novo, além desta legislação sobre os municípios, foram ainda publicados os seguintes diplomas: Decreto com força de lei n.º 112073, de 09-08-1926, que esclarecia quais as matérias em que se deveria aplicar pelo código de 1878 e quais as que eram reguladas pelo Código de 1896 e punha termo a incertezas e hesitações da jurisprudência; Decreto-Lei n.º 12870 de 22-12-1926, criando o Distrito de Setúbal; Decreto-Lei n.º 19243, de 16-01-1931, que aprovou o regulamento do Supremo Conselho de Administração Pública e o das auditorias administrativas; Constituição Política de 11-04-1933, em especial na Parte II, Título VI – Das circunscrições políticas e administrativas das autarquias locais –, o artigo 124, que define que «o território no Continente divide-se em concelhos, que se formam de freguesias e se agrupam em distritos e províncias», acrescentando que «a divisão do território das Ilhas Adjacentes e a respectiva organização administrativas serão reguladas em lei especial». Esta lei especial foi concretizada com o Código de 1926 e a Lei n.º 1967, de 30-04-1938 que definia as bases do regime administrativo das Ilhas. No ano seguinte é promulgado o Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes, através do Decreto-Lei n.º 30214, de Dezembro, que é revisto em 1940. Em 1947, este estatuto é novamente revisto e alterado através do Decreto-Lei n.º 36453, de 04-08-1947. Existe ainda: o Decreto-Lei n.º 22520 de 13-05-1933, que institui uma inspecção, exercida por intermédio da Inspeção-Geral de Finanças, aos serviços de Contabilidade e Tesouraria dos Corpos Administrativos, incluindo os serviços municipalizados; e o Decreto-Lei n.º 23229 de 15-11-1933 que estabeleceu a Reforma Administrativa Ultramarina (BRAGA, 1997, «Legislação (1790-1996). Uma Sinopse», p. 134).

⁴ Manuel Pires Bento, Advogado de profissão, foi governador civil de Beja em 1898, presidente da Câmara de Castelo Branco, de 1901 a 1907, e dirigiu, nesta cidade, o semanário *Ação Regional* (OLIVEIRA, 1996, *História dos Municípios e do Poder Local: Dos Finais da Idade Média à União Europeia*, p. 303).

⁵ BENTO, 1928, *A Questão Municipal (Subsídios para a Reforma Administrativa)*.

⁶ BENTO, 1928, *A Questão Municipal (Subsídios para a Reforma Administrativa)*, p. 31.

de um novo código administrativo, onde constasse «um conjunto de disposições que para os cidadãos constituía o quadro das suas garantias de munícipe»⁷, sendo também uma salvaguarda para os vereadores.

O Movimento de 28 de Maio, na verdade, viria a impor um regime centralista e autoritário ao poder municipal, integrando-o na Câmara Corporativa e contrariando o espírito descentralizador da Primeira República, causador, na óptica dos golpistas de 1926, de uma grande instabilidade política com base nas lutas partidárias.

O Movimento não tinha, porém, um programa nem estava assente num partido que lhe desse dimensão e coerência. A Ditadura só conseguiu alguma estabilidade a partir de Janeiro de 1930, data em que Ivens Ferraz é substituído por Domingos de Oliveira, na chefia do Governo. Salazar, ainda apenas ministro das Finanças, a partir daqui tem todas as condições para construir e consolidar o regime que se propunha, estabelecendo já uma ruptura com a República e a Ditadura Militar. Em Junho de 1930, a União Nacional é anunciada ao país como uma organização cívico-política, onde cabiam todos os portugueses que se identificassem com o regime. Em Fevereiro de 1933, inicia-se o processo de plebiscito e aprovação da Constituição Política e no final do Verão é publicado o Estatuto do Trabalho Nacional. Em 1934, realizam-se as primeiras eleições para a Assembleia Nacional, em lista única, e neste mesmo ano começou a organizar-se a ordem corporativa do Estado.

Os anos de 1928 a 1934 são os anos da grande crise económica, originada pela queda da Bolsa de Nova Iorque. O corporativismo era para Salazar a saída lógica para os “malefícios” do liberalismo económico e assentava essencialmente no autoritarismo, que ele diferenciava dos outros regimes autoritários da Europa. Para ele, tudo devia submeter-se ao interesse colectivo com vista ao bem comum, através de uma economia dirigida.

A 14-08-1926, o *Diário da Madeira* revelava a existência de sérias dificuldades em constituir as Comissões Administrativas para a Junta Geral e maiores dificuldades ainda para a CMF, devido a várias recusas das individualidades convidadas⁸. No entanto, a 17 desse mês o mesmo diário anunciava que o major Lusignan de Azevedo, governador civil, havia convidado o coronel Luís Correia Acciaioly de Meneses para organizar a nova Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Funchal (CACMF), e que este havia aceitado; três dias mais tarde informava que no dia anterior tinha ficado definitivamente constituída a CACMF: Luís Acciaioly de Meneses, presidente, Francisco Silvestre Varela, vice-presidente, Manuel Nunes

⁷ BENTO, 1928, *A Questão Municipal (Subsídios para a Reforma Administrativa)*, p. 33.

⁸ *Diário de Notícias*, 14-08-1926, n.º 15649.

Farinha, Herculano Ramos, Augusto C. Betencourt Pimenta, Luís Betencourt da Camara e capitão Edmundo Lomelino, vogais. Mais tarde, a 03-02-1930, viriam a ser exonerados os vogais Augusto Pimenta e Luís Câmara e nomeados, em sua substituição, os tenentes Gregório Paiva Cunha e Jacinto Sebastião Spínola. A 30-08-1930, o coronel Luís Acciaioly Correia de Meneses foi exonerado, a seu pedido, por se encontrar bastante doente, sendo substituído pelo capitão Jaime César Nunes de Oliveira; o então vice-presidente, capitão Francisco Varela, que durante a doença do presidente assegurou a presidência, faltou à cerimónia, deixando perceber algumas divisões no seio da CACMF que vieram a tornar-se evidentes quatro dias depois, com o pedido de demissão do presidente Jaime César N. Oliveira, no que foi acompanhado pelos seus colegas.

As Comissões Administrativas reuniam semanalmente. Para além do despacho do expediente, tinham as seguintes incumbências: elaborar posturas e regulamentos, gestão patrimonial, funções policiais e de segurança dos cidadãos, construção e gestão dos cemitérios, espaços urbanos, abastecimento de águas e esgotos, promoção de interesses económicos para o concelho, etc.

Na primeira reunião desta CACMF, realizada a 30-08-1926, são já evidentes as novas directrizes da política do regime saído do Movimento de 28 de Maio. É analisado o relatório da comissão encarregada de rever o orçamento da CMF, concluindo-se que a situação económica do município era muito grave, pelo que se determinou que seria demitido o pessoal que não fosse necessário. No mês seguinte, a 26 de Setembro, o presidente propõe a nomeação de uma comissão para proceder à reorganização dos serviços da repartição de obras municipais, decidindo mandar empregar em reparações nas ruas todo o pessoal da Câmara que fosse possível destacar. Saliente-se que a nomeação para qualquer emprego público estava dependente da apresentação de um certificado de bom comportamento passado pela polícia cívica e um certificado de instrução primária.

Uma das prioridades económicas da Madeira, nesse tempo, era a construção de um porto de abrigo, em condições que pudesse fazer concorrência às Ilhas Canárias. Nesse sentido, esta CACMF enviou uma petição ao Governo Central pedindo a execução das obras com a maior brevidade. Na sessão camarária de 11-10-1926, a CACMF congratula-se com o projecto de Decreto-Lei do ministro do Comércio, no sentido de estas obras serem custeadas pelo Estado, cessando assim a arrecadação, por parte da Junta Autónoma do Porto do Funchal, dos impostos que constituíam a sua receita, passando estes a serem cobrados pelo Estado. Paradoxalmente, uma semana depois, a 18 de Outubro, esta mesma CACMF insistiu para que o Governo Central cancelasse o contrato das obras do porto, com o argumento de que elas

apenas beneficiavam os accionistas da companhia das obras, pois que «o contrato é escandaloso e a efectivar-se seria a ruína da Madeira», como afirmava o vogal Herculano Ramos, na sessão camarária de 18-10-1926⁹.

O crescimento do turismo era também prioritário para o desenvolvimento da Madeira. A Câmara do Funchal, a 06-09-1926, propôs ao governador civil que desenvolvesse todos os esforços com vista a considerar o Funchal uma estância de turismo, com a consequente criação de uma polícia de viação e turismo, adaptando o regulamento à lei n.º 1152, de 23-04-1921, de forma que a Madeira ficasse isenta das taxas estabelecidas pelo artigo 13.º que recaíam sobre todos os contribuintes, a maior parte dos quais não beneficiava, nem directa nem indirectamente, da indústria do Turismo. Oito dias depois, na sessão de 13 de Setembro, estranhamente propõe a anulação desta proposta, embora mantendo as respectivas taxas que se destinariam às seguintes obras: canalização de água potável e esgotos, remoção dos estábulos do centro da cidade para o terreno ao norte do Posto de Desinfecção, cobertura da Ribeira de Santa Luzia, construção da estrada de cintura e alargamento da Rua da Ponte Nova. Um mês depois, a 27-09-1926, a CACMF acusa a recepção de um ofício do governador civil, propondo a constituição duma comissão que seria composta por si, pelo presidente da Câmara e pelo presidente da Associação Comercial do Funchal, um representante dos proprietários de hotéis e dois vogais por ele nomeados, para estudarem esta questão. E a 07-11-1927 foi proposto ao ministro do Interior que a receita da regulamentação do jogo na Madeira ficasse pertencendo a este município, a fim de ser destinada ao desenvolvimento do Turismo.

No capítulo da instrução pública, a CACMF aprovou, a 11-10-1926, a instalação de escolas em várias freguesias do Funchal; no mês seguinte, a 01-11-1926, apresentou uma proposta ao Governo solicitando um subsídio para a reparação de escolas, com base no art. 2.º do Decreto-Lei 12514, de 18-10-1926. A 15-11-1926, a Câmara deu parecer favorável à pretensão dos professores municipais de aumento de vencimento, face à grande diferença relativamente aos professores oficiais, voltando a insistir na implantação de escolas em várias freguesias do concelho; posteriormente, a 28-03-1927, decidiu criar um fundo destinado à construção de edifícios escolares, canalizando para esse fim o dinheiro correspondente à prestação de trabalho, a que se refere o n.º 3 do art. 108 da Lei n.º 88, de 07-08-1913, visto haver dificuldades em obter casas arrendadas para escolas e habitação para professores.

⁹ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 18-10-1926, lv.º 9, fls. 47-60.

Mais tarde, a 25-07-1927, pediu ao ministro da Instrução a transformação de todas as escolas municipais em oficiais assim como os seus professores.

Ainda em Outubro de 1926, a CACMF decidiu proceder à reorganização do serviço de incêndios, para o que mandou elaborar uma planta do Funchal, com a descrição dos lugares onde existia água em quantidade susceptível de ser utilizada e ainda a construção de novas cisternas, em vários locais da cidade, e aproveitamento das existentes. Na sessão de 27-12-1926, foi aprovado o regulamento do corpo principal de salvação pública (Bombeiros Voluntários do Funchal) e, a 14-07-1930, deliberou-se constituir um corpo de Bombeiros Municipais.

Em relação à toponímia da cidade, na sessão de 07-03-1927 foi decidido dar à nova rua entre o Caminho do Lazareto e a Rua do Dr. Juvenal o nome do Dr. António Jardim de Oliveira; a 24-10-1927, deliberou-se dar ao Largo do Ribeiro Seco o nome de Largo António Nobre, de forma a homenagear o poeta que na Madeira escreveu parte da sua obra. Decidindo prestar homenagem à memória do antigo presidente da República Sidónio Pais, a Câmara atribuiu a 13-02-1928 o seu nome à até então travessa da Rua da Pena.

A situação económica difícil que a Madeira atravessava foi naturalmente debatida nas sessões camarárias, tendo delas saído algumas medidas no sentido de a debelar. A 15-11-1926, a Câmara havia-se solidarizado com os vários sectores económicos da Madeira que protestavam contra a possibilidade de o Governo promulgar o Decreto que permitia a entrada na Ilha de vinho do Continente em cascos. A 06-05-1927, a CACMF realizou uma sessão extraordinária, que foi bastante divulgada na imprensa, com o intuito de resolver a cobrança do imposto *ad valorem*, que incidia sobre todos os artigos e mercadorias exportadas. Nesta reunião, ficou decidido elevar o imposto até 3%, limite máximo legal, e que a cobrança passasse a ser feita na Alfândega do Funchal. Também ficou assente que a cobrança do imposto de 3% sobre os bordados continuasse a ser feita pela CMF, fazendo depois a distribuição pelas Câmaras rurais. Na sessão camarária de 13-09-1927, propõe-se que o imposto sobre os linhos importados para bordados fosse de 1\$00, igual para todos, de forma a incentivar o desenvolvimento desta indústria na Madeira; a proposta, porém, ficou de ser analisada posteriormente, decidindo-se que os grandes empresários pagariam 1\$00 ouro, e os pequenos, \$26 ouro. Outro imposto revisto por esta CACMF foi o que incidia sobre a contribuição predial, rústica e urbana. Assim, a 28-03-1927, estabeleceu-se a percentagem adicional de 10% sobre este tipo de prédios, nos termos do art. 64, da Lei n.º 1368, de 21-09-1922, visto ser exígua a verba orçamentada para obras, aquisição de prédios e melhoramentos municipais. Na sessão de 20-12-1926, pede-se ao Governo da República uma verba para os

estragos causados em edifícios da CMF pelos temporais. A 30-08-1926, é apresentada uma proposta que iria ser renovada a 15 de Novembro do mesmo ano, no sentido de solicitar ao Governo que o imposto que na Madeira era cobrado com destino à Assistência cá ficasse para os seus pobres, visto que a Ilha enviava mensalmente para o continente da República uma avultada quantia com esse destino e o Governo só devolvia parte dessa verba, mas muito inferior à que daqui era enviada. A CACMF pedia ao Governo «a revogação do Decreto n.º 15914, de 24 de Agosto, na parte que modifica o regime cerealífero da Madeira, por ser prejudicial a este distrito, continuando em vigor o anterior regime que permitia a livre importação de farinhas sem pagamento de direitos»¹⁰. Perante o agravamento da situação económica nos anos posteriores, a CMF irá conseguir, em Fevereiro de 1930, autorização do Governo Central, para contrair um empréstimo de 7000 contos, na Caixa Geral de Depósitos, pelo prazo de 20 anos, ao juro de 8,5%, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 16656, de 14-06-1929.

Tendo em conta o considerável crescimento da população funchalense e aumento de novas construções, procedeu-se ao alargamento dos limites da cidade que passou a ficar compreendida pelo seguinte perímetro:

«do mar em linha recta ao caminho de ligação da estrada nacional n.º 23 com o Caminho Velho de S. Gonçalo, Caminho da Igreja de S. Gonçalo, Caminho do Palheiro Ferreiro, Caminho do Terço, Caminho da Levada do Bom Sucesso em linha recta à Estrada da Levada de Santa Luzia, daqui em linha recta ao Muro da Coelha, (norte da quinta Drolhe), Caminho da Água de Mel, Álamos, ponte da Ribeira Grande, Quinta do Leme, Pilar, Avista Navios, Caminhos e do Amparo à Estrada Monumental em linha recta até ao mar»¹¹.

De acordo com o Padre Fernando Augusto da Silva, no *Elucidário Madeirense*, estes novos limites são anti-naturais, tendo a cidade duplicado a sua superfície, «tomando proporções verdadeiramente exageradas», ficando a freguesia do Monte fora deste perímetro¹².

A Câmara empenhou-se ainda no embelezamento e asseio das zonas públicas. É o caso do Jardim Municipal, em relação ao qual se delibera a iluminação do mesmo¹³, a contratação de técnicos da casa construtora de parques Alfredo Moreira e Filhos, do Porto, para fazer a necessária transformação do jardim, a proibição de permanência no local de cães vadios e de mulheres conhecidas como dadas à prostituição¹⁴.

¹⁰ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 10-09-1928, lv.º 11, fls. 95-99.

¹¹ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 17-10-1927, lv.º 10, fls. 73-80.

¹² SILVA e MENEZES, 1984, *Elucidário Madeirense*, vol. II, p. 64.

¹³ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 27-09-1926, lv.º 9, fls. 47-60.

¹⁴ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 26-09-1927, lv.º 10, fls. 31-35.

A 07-11-1927, propõe-se o levantamento da planta da Praça de Tenerife e aproveitasse a estadia dos técnicos para ajardinar aquela praça pública. Na reunião camarária de 02-09-1929, decide-se adaptar a Quinta Vigia a um jardim público. A 11-07-1927 determina-se a proibição de afixar cartazes e anúncios nas paredes dos prédios, limitando a sua afixação aos muros da praça de S. Pedro e obriga-se a caiação das fachadas dos prédios e muros confinantes com a via pública. Na sessão camarária de 20-06-1927, proíbem-se as goteiras nas fachadas dos prédios confinantes com a via pública. A 12 de Dezembro, decide-se que os vendedores ambulantes, principalmente de géneros alimentícios, que costumavam estacionar nas ruas mais concorridas da cidade, ocupando de preferência esquinas de «*trottoir*», dificultando o trânsito de veículos e de peões, deixassem de o fazer, para o que se deu instruções ao comissário de polícia. A 07-03-1927, a Câmara voltou a insistir num plano director da cidade. Da sessão camarária de 15-11-1926, surge a deliberação de oficiar à Companhia da Luz para instalar luz eléctrica em várias ruas do Funchal. No sentido de moralizar e regular o trânsito das camionetas de transporte colectivo, a CACMF decidiu, em 17-03-1930, adquirir 100 placas indicativas das paragens, decisão que haveria de efectivar-se em Outubro do mesmo ano.

A instalação do Museu Regional foi uma preocupação insistente desta Câmara que aproveitou as receitas do selo da Madeira, entretanto emitido para esse fim, e adquiriu o Palácio de S. Pedro, destinado ao referido museu e biblioteca, nomeando seu director Adolfo César de Noronha. A inauguração aconteceu já no mandato da comissão seguinte, a 05-10-1933.

A 06-09-1930, o capitão Jaime Martinho Ferreira Leal foi encarregado de constituir a nova CACMF, escolhendo para seus colaboradores Juvenal António da Silva Carvalho, na qualidade de vice presidente, e como vogais o tenente Carlos Pinto Basto Correia, o engenheiro Herculano Lourenço dos Ramos, o tenente Artur Atouguia Machado Pimenta, o escultor Francisco Franco e Gastão de Deus Figueira. Em Novembro desse ano, o presidente ausentou-se para Lisboa e Juvenal de Carvalho é então nomeado presidente; este, por sua vez demite-se a 27-06-1932, sendo substituído no dia seguinte por Gastão de Deus Figueira. Seguem-se várias outras substituições¹⁵. A 24-01-1933, Manuel de Gouveia e Freitas é nomeado vogal efectivo em substituição

¹⁵ Na sessão camarária de 16-08-1932, é apresentado um ofício do governador civil exonerando os vogais tenente Carlos Carreira, António Eça de Almeida e capitão António Eduardo Gonçalves Henriques, nomeando em sua substituição os vogais suplentes José Pedro de Freitas e alferes José Carlos de Sousa. Na sessão de 22-11-1932, Herculano Ramos foi exonerado sendo substituído por Wiliam Clode (ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 16-08-1932, lv.º 16, fls. 236-242).

do tenente Artur Pimenta¹⁶. No dia 17-01-1934, o *Diário da Madeira*, numa notícia de primeira página, informa que por alvará de 12-01-1934 Álvaro Favila Vieira, governador civil substituto, nomeara vogal da CMF Fernão de Ornelas Gonçalves¹⁷.

Na primeira reunião desta CACMF, realizada em 17-09-1930, foi aprovada uma proposta para um novo imposto de prestação de trabalho no concelho do Funchal, que se destinava à construção e reparo de estradas municipais. Foi ainda deliberado comemorar o 5 de Outubro, aniversário da implantação da República, com iluminações nas Avenidas Manuel Arriaga e Gonçalves Zarco, música, bodo aos pobres e distribuição de esmolas pela «indigência envergonhada», tal como era costume em ocasiões desta natureza. Devido à baixa de preço do trigo e da farinha na origem, foi resolvido baixar o preço do pão, tornando-o mais acessível ao operariado, às casas de caridade e pobreza envergonhada¹⁸.

No capítulo da cultura, esta CACMF deliberou publicar o *Arquivo Histórico da Madeira*, cujo primeiro número saiu a 30-05-1931, encarregando de o dirigir João Cabral do Nascimento e Álvaro Manso de Sousa; nomeou uma comissão organizadora dos amigos dos monumentos e do museu, constituída pelo vice-presidente da Câmara e pelo escultor Francisco Franco, pelo pintor e professor da Escola Industrial Alfredo Vital Miguéis, e por João Cabral do Nascimento, director do Arquivo Distrital¹⁹; mandou remover os bustos do Conde de Canavial e João Fernandes Vieira das extremidades da Avenida Arriaga para o Jardim Municipal, como local mais apropriado²⁰; nomeou uma comissão de estética para a cidade do Funchal que seria presidida pelo presidente da Câmara e contava ainda com o major J. Reis Gomes, João Cabral do Nascimento e Alfredo Miguéis, e ainda criou um pelouro de cultura na CMF, à semelhança do que existia na Câmara Municipal de Lisboa²¹; face à insistente contestação na imprensa, mandou retirar todos os quiosques existentes nas ruas centrais da cidade²².

¹⁶ Na tomada de posse como vogal da CACMF, Manuel Gouveia e Freitas faz uma reflexão sobre a nova doutrina do Estado português salientando que «o nacionalismo não é extremismo, é uma hierarquia em que o interesse geral da Nação ocupa o primeiro lugar, mas onde caberiam todos os interesses legítimos quer nacionais quer estrangeiros. Nacionalismo é inteligência e cultura, complexidade, ordem, domínio do homem sobre a natureza, da razão sobre os instintos» (ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 24-01-1933 lv.º 17, fls. 153-159).

¹⁷ *Diário da Madeira*, 17-01-1934, n.º 6675.

¹⁸ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 17-09-1930, lv.º 14, fls. 40-59.

¹⁹ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 15-03-1932, lv.º 16, fls. 94-111.

²⁰ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 29-11-1932, lv.º 17, fls. 91-100.

²¹ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 04-09-1934, lv.º 19, fls. 213-220.

²² ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 11-10-1932, lv.º 17, fls. 27-33.

Em relação à toponímia do Funchal, a 24-03-1931 foi tomada a decisão de simplificar os nomes das ruas, reduzindo as designações, de forma a serem identificadas pela população. Neste sentido, as ruas Capitão-Tenente Carvalho Araújo e Capitão João Francisco de Sousa passaram a designar-se, respectivamente, por apenas ruas Carvalho Araújo e Capitão Sousa; a Avenida Manuel de Arriaga e a Rua Roberto Ivens passaram a chamar-se apenas Avenida Arriaga e Rua Ivens. Esta CACMF, imbuída do espírito anti-republicano da época, resolveu também, na reunião camarária de 24-03-1931, substituir alguns nomes de ruas que evocavam personalidades republicanas, regressando às designações anteriores à Primeira República, com a argumentação de que o regime republicano havia desrespeitado as tradições populares e de que a população ainda as identificava com os primitivos nomes. Deste modo, as 17 de Junho de 1922 e 22 de Julho de 1923 voltaram a ter a antiga designação de S. Francisco e do Sabão, respectivamente, nomes por que ainda hoje são conhecidas. Na reunião de 18-08-1931, à Rua Carvalho Araújo restituiu-se o seu antigo nome de Rua do Aljube; a 15-03-1931, à Rua do Comércio foi restituído o seu velho nome de Rua dos Ferreiros; a 25-10-1931, à Rua Costa Ferreira foi devolvido o seu primitivo nome de Rua do Carmo; a 20-09-1932, à Rua Alferes Veiga Pestana foi dado o seu anterior nome de Rua das Hortas, ao Largo do Comércio foi atribuído o seu antigo nome de Largo do Chafariz; e a 01-11-1934, à Rua Dr. Chaves foi dada o seu tradicional nome de Rua dos Aranhas, à Rua Dr. Vieira foi atribuído o nome de Rua da Carreira, «a qual figurava já nas *Saudades da Terra*»²³, à Rampa de S. João foi devolvido o seu antigo nome de Rampa do Morgado e à Rua Dr. Sequeira recuperou-se o seu tradicional nome de Rua da Mouraria.

Face à perspectiva de crise generalizada na Ilha, devido à publicação do decreto sobre o regime cerealífero, que levaria à célebre Revolta da Madeira, a CACMF suspendeu a sessão camarária de 27-01-1931, que se encontrava reunida, para ir ao governador civil solicitar que intercedesse junto do Governo no sentido da suspensão do famigerado Decreto, tendo sido enviado para Lisboa um telegrama reflectindo essas preocupações²⁴. A 03-02-1931, deliberou fazer uma exposição ao Governo da

²³ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 10-03-1931, lv.º 15, fls. 10-18.

²⁴ O telegrama enviado ao Governo era do seguinte teor: «jornais hoje publicaram telegramas decreto cerealífero permitem concluir perigoso monopólio moagem de funestas sangrentas tradições nesta ilha. Câmara Municipal do Funchal em face importância problema excitação alarme população ilha solicita Governo imediata suspensão decreto até conhecimento parecer Governador Civil associações económicas» (ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 27-01-1931, lv.º 14, fls. 210-220).

República, condenando o referido decreto n.º 19273, e, no dia seguinte, o mesmo telegrama repetia-se quase na íntegra, tendo o comércio encerrado, neste dia, em sinal de protesto contra o decreto.

Em 04-04-1931, dá-se o pronunciamento militar conhecido por Revolta da Madeira, acarretando a demissão da CACMF, passando Lúcio Tolentino da Costa a ser o novo presidente da CMF, assessorado por José Jerónimo Gomes Figueira e Augusto Marcos Câmara, como vogais, personalidades que apoiavam a revolta. A primeira e única sessão realizou-se no dia 21-04-1931; as deliberações tomadas foram pouco significativas, limitando-se, apenas, a despachar o expediente e alguns requerimentos.

Fracassada a revolta, foram restituídos aos seus lugares os membros da anterior CACMF. No dia 3 de Maio, o presidente da CACMF envia um telegrama ao presidente da República, presidente do Ministério, ministros das Finanças, Interior e Guerra, saudando-os efusivamente como representantes da Nação e louvando a maneira forte e prudente como as tropas da Ditadura sufocaram a rebelião. Em Agosto desse ano, numa entrevista ao *Diário da Manhã*, transcrita pelo *Diário da Madeira*, Juvenal de Carvalho, presidente da CACMF, afirmava que todo o seu «esforço tem consistido em procurarmos tornar visíveis ao grande público os benefícios da Ditadura trabalhando pelos sagrados interesses do povo e da grande Pátria comum, sem desfalecimentos, num crescente de entusiasmo e com a abnegação de quem não procura recompensas eleitorais». Explicava o que tinha sido a actividade da Câmara e considerava os acontecimentos da Revolução da Madeira de 1931, de «criminosas perturbações políticas»²⁵. Na reunião camarária de 5 de Maio, o presidente fez várias alusões aos acontecimentos revolucionários, e numa nota oficiosa comunicou aos municípios a nulidade de todos os despachos e deliberações tomadas desde o dia 6 de Abril ao dia 02-05-1931. A partir daqui, sucedem-se as manifestações nacionalistas por toda a Ilha.

²⁵ Entrevista realizada a Juvenal de Carvalho, presidente da Câmara do Funchal, publicada no *Diário da Manhã* de 09-08-1931, transcrita no *Diário da Madeira* de 12-08-1931, n.º 5971, intitulada «Interesses Madeirenses – A Acção da Câmara Municipal do Funchal». Nesta entrevista Juvenal de Carvalho expõe a actividade da CACMF a que preside. No dia 09-09-1931, o *Diário da Madeira*, n.º 5994, resume uma reunião havida entre o presidente da Câmara, Juvenal de Carvalho, e os representantes da imprensa regional, realizada no dia 07-09-1931, para apresentar um balanço da acção desenvolvida por esta CACMF neste primeiro ano de funções. Em Outubro de 1931, devido a uma campanha de difamação exercida por Luís Vieira de Castro através do *Jornal da Madeira*, a CACMF faz publicar uma nota oficiosa, em vários órgãos de informação regional, que saiu durante vários dias, onde se defende das acusações e expõe toda a sua actuação desde o dia em que começou em funções até aí.

Uma das preocupações da CACMF presidida por Juvenal de Carvalho foi definir o descanso semanal e o horário de trabalho para todos os trabalhadores, de forma a moralizar as relações entre patrões e empregados. Várias foram as reuniões que a Câmara manteve com a Associação Comercial do Funchal, Ateneu Comercial, Associação de classe dos retalhistas, proprietários de estabelecimentos de artefactos e outros, para discutir este problema. A 21-07-1933, foi aprovado o projecto de descanso semanal, já na presidência de Gastão de Deus Figueira, o qual foi enviado ao ministro do Interior para ratificação. A 29 do mesmo mês, um ofício do governador civil comunicava ter sido aprovado o Domingo como dia de descanso semanal, entrando em vigor a partir do dia 10-09-1933. Um ano depois, foi estabelecido o horário de trabalho semanal, ficando acordado que os estabelecimentos teriam um horário de acordo com a sua área de actuação, como previa o artigo 9.º do Decreto 24.402²⁶.

No dia 27-05-1934, é inaugurado um reservatório para abastecimento de água, uma obra de importância capital para a cidade, com capacidade para 7000 m³, considerado então suficiente para abastecer toda a cidade. A inauguração inseriu-se nas cerimónias comemorativas do Movimento de 28 de Maio.

No dia 20-09-1934, Gastão de Deus Figueira apresentou, ao governador civil, a sua demissão, no que foi acompanhado por toda a CACMF, sendo então nomeado, para o substituir, Luís da Rocha Machado, que escolheu para vice-presidente o tenente Henrique Teixeira Moniz e para vogais Juvenal Raimundo de Vasconcelos, João Tiago de Castro, tenente Jordão de Castro e Abreu, Eduardo Simões Dias Paquete e Manuel Francisco Veloza Barreto.

A acção desta última CACMF teve pouco relevo até pelo curto período do seu mandato, apenas três meses, pois demitiu-se a 21-11-1934. Foi durante este curto mandato, a 06-12-1934, que se procedeu à eleição do representante dos municípios madeirenses à Câmara Corporativa, recaindo a escolha no presidente do município do Funchal.

²⁶ «Fazendas, quinquilharias, perfumarias, camisarias, papelarias, livrarias, ourivesarias, relojoarias, chapelarias, fotografias e sapatarias: abertura, 9 horas, encerramento, 19 horas; Mercenarias: abertura, 7 horas, encerramento, 20 horas; Confeitarias: abertura, 7 horas, encerramento 23 horas; Botequins, tabernas, cafés, casas de pasto e restaurantes: abertura: 5 horas, encerramento, 23 horas; Acessórios para automóveis, óleos e gasolinas, abertura: 7 horas, encerramento, 21 horas; Farmácias: abertura, 8 horas, encerramento, 20 horas; Vimes e artefactos: abertura, 9 horas, encerramento, 19 horas; Padarias e depósito de vendas: abertura, 7 horas, encerramento, 21 horas» (*Diário da Madeira*, 20-10-1934, n.º 6894).

2. O Estado Novo

2.1. A Presidência de Fernão Ornelas (1935-1946)

Apesar de instituído o Estado Novo, com o plebiscito para aprovação da Constituição, em 1933, e as primeiras eleições legislativas, em 1935, na CMF, o seu impulso só veio a sentir-se após a investidura de Fernão de Ornelas²⁷ na presidência. A 12-01-1935, ficou composta a nova CACMF, sob a presidência de Fernão de Ornelas Gonçalves, tendo como vice-presidente Paulo Gonçalves Jardim Amaro, e vogais William Edward Clode, Ludgero de Freitas Martins, José Luís de Brito Gomes, Tenente Domingos Cardoso e Francisco Leão Faria.

A actuação desta CACMF acontece num período de relativa estabilidade política e social. Estão já construídas as primeiras estruturas do Estado Novo: a Constituição, o Estatuto do Trabalho Nacional, a Assembleia Nacional, a Câmara Corporativa, Sindicatos Nacionais, Casas do Povo, Casas de Pescadores. A orientação política estava definida, havia um chefe e o exército estava mais ou menos sob o controlo do poder político. Em 1936, promulga-se o Código Administrativo que, após vigorar em regime experimental até 1940, passou a definitivo a partir desta data, constituindo a “bíblia” do poder autárquico.

O Código Administrativo enumerava de forma hierárquica os «elementos estruturantes da Nação»: freguesias, concelhos e províncias. A partir de 1959, a divisão em províncias desaparece, ficando o território dividido em freguesias, concelhos e

²⁷ Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves nasceu na freguesia de S. Pedro, no Funchal, a 14-06-1908. Licenciado em Direito, foi subdelegado do Procurador da República por nomeação de 17-08-1932 e chefe da Secretaria Judicial. A 12-01-1935, foi nomeado presidente da CACMF, lugar que ocupou até 22-10-1946, sendo ainda procurador à Câmara Corporativa, durante esse mesmo período, onde foi cedida à Madeira representação na secção dos assuntos de administração local. Nacionalista convicto, esteve sempre em sintonia com a política do Estado Novo. A 11-01-1934, entra pela primeira vez para a CACMF, como vogal, e já nesta altura era visto como um dos maiores vultos da sua geração. O presidente de então, Gastão de Deus Figueira, referia-se às suas elevadas qualidades morais e intelectuais e à sua cultura, como um dos homens da mentalidade nova que se estava a formar em Portugal sob a direcção do chefe Salazar, sendo apontado como «um esplêndido elemento da Revolução Nacional» (*Diário de Notícias*, 18-01-1934, n.º 17786). Um ano depois é nomeado presidente da CACMF e é então que a sua obra nasce. Após a saída da CACMF, decepcionado com a política, foi residir para Lisboa onde abriu escritório de advogado. Foi director do Banco da Madeira, membro do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, e Administrador na Hidrotécnica do Cávado e do Banco Pinto e Sotto Maior. Faleceu em Lisboa a 24-05-1978 (CLODE, s.d., *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses, Sécs. XIX e XX*, p. 352; JANES, 1997, *Nacionalismo e Nacionalistas na Madeira nos Anos Trinta (1928-1936)*, p. 227; JANES, 2001, «O Município do Funchal nos finais dos anos trinta, 1935-1940 – O dinamismo e a acção de Fernão de Ornelas», pp. 201-209; LOPES, 2008, *A Obra de Fernão de Ornelas na Presidência da Câmara Municipal do Funchal, 1935-1946*, pp. 47-53).

distritos. A Freguesia era a estrutura administrativa de base e a Junta de Freguesia o seu órgão executivo, composto por três vogais, eleitos pelos chefes de família, que entre si escolhiam o presidente, o secretário e o tesoureiro. A Freguesia contava também com um regedor, com funções policiais, o qual, não sendo parte integrante deste órgão autárquico, funcionava como um representante do presidente da Câmara, nomeado por este e só perante este responsável.

Os Municípios dividiam-se em duas classes: rurais e urbanos, subdivididos em três ordens de natureza territorial e fiscal. O Código Administrativo também determinava a existência de dois tipos de órgãos: os comuns e os especiais. Os órgãos comuns eram o Conselho Municipal, a Câmara municipal e o presidente da Câmara. Este último predominava sobre os outros, já que era ele que presidia à Câmara e ao Conselho Municipal, sendo nomeado pelo governador civil. Os especiais eram apenas para as cidades de Lisboa e Porto. Toda a estrutura administrativa municipal assentava no presidente da Câmara que era o seu coordenador e orientador, superintendendo na execução de todas as deliberações camarárias. Era no fundo o representante corporativo do poder central no município.

O Conselho Municipal que resultava da representação das Juntas de Freguesia, únicos órgãos eleitos, ainda que por um órgão eleitoral restrito, constituía a espinha dorsal do Estado e de todas as estruturas político-administrativas que integravam a Nação. Era o Conselho Municipal que elegia os vereadores, fiscalizava a actuação do presidente da Câmara e estabelecia as grandes linhas de orientação para a acção municipal.

A Câmara Municipal era um órgão colegial composto por um presidente e vereadores, cujo número variava consoante a importância do município. No Funchal eram sete, já que era um município de primeira ordem.

As Províncias confundiam-se com os Distritos e eram uma estrutura administrativa mais ampla que englobava a freguesia e o município.

O Código Administrativo é complementado com a publicação do Decreto-lei n.º 30.124, de 22-12-1939, sobre o Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes.

O município era a célula fundamental do Estado Novo salazarista, tal como a família e a freguesia, dirigido pelo Estado que tinha um espírito centralizador. O presidente da Câmara não era o executor das vontades locais, mas o executor da vontade do Governo naquele agrupamento e o representante local do chefe. Enquanto a República era descentralizadora, o Estado Novo corporativo e proteccionista acabou por impor a sua vontade centralizadora. E nisto consentiram as elites municipais da Ditadura.

As Câmaras Municipais dependiam essencialmente do Estado para conseguirem cumprir os seus programas de obras públicas, já que os seus orçamentos eram exíguos. Eram subsidiadas através do Fundo do Desemprego, do Fundo de Melhoramentos Rurais e da Junta Geral do Distrito. A CMF vivia sistematicamente com problemas financeiros, em virtude dos seus fracos recursos e grandes encargos, em especial com os constantes aumentos dos vencimentos do seu pessoal, o que se vinha retrair no ritmo e na diminuição de obras públicas. Trabalhar com participações que nem sempre vinham na altura certa, tornava-se muito complicado. Em muitos casos, eram ordenadas alterações aos projectos pelo Governo, o que originava demoras, tornando impossível o início das obras e a sua execução nos prazos previstos.

Fernão de Ornelas foi um dos maiores vultos da História Contemporânea da Madeira. Homem de uma visão alargada e de uma cultura política excepcional, realizou, no maior município da Ilha, uma obra notável de modernização da cidade, retirando-lhe o aspecto de uma urbe medieval. As realizações que levou a cabo causaram então alguma polémica entre os funchalenses porque Fernão de Ornelas não se limitou a obras de remedeio ou de recurso, rompendo com o passado.

No discurso de tomada de posse, a 14-01-1935, delineia um autêntico programa de governo municipal, quando se propõe pagar as dívidas da Câmara, seguindo escrupulosamente o critério da antiguidade adoptado pela gerência de Gastão Deus Figueira; construir as instalações para os Serviços Municipalizados, Conservatória do Registo Civil, Tribunal de Trabalho e Secretária Judicial; pavimentar as ruas da cidade; providenciar uma melhor iluminação pública; prosseguir no estudo do fornecimento de óleos à navegação e na construção de fontanários nas freguesias rurais; tomar as medidas necessárias à estética da cidade. Prometeu ainda não esquecer a instrução e a cultura e a arrumação dos serviços internos da Câmara e trabalhar com afinco para que todos estes problemas fossem resolvidos.

Logo na primeira reunião camarária, realizada a 22-01-1935, é possível ver já os novos rumos da sua política de modernização da cidade do Funchal. Estabeleceu um plano de realizações, distribuindo a sua acção pela ordem de necessidades mais prementes. As suas primeiras decisões foram no sentido do embelezamento da cidade, através da construção de miradouros e calcetamento das ruas. Construiu os miradouros e jardins do Largo António Nobre, Socorro, Cruzes, Vila Guida, Bela Vista e Pináculo. Estes balcões sobranceiros, donde se podia vislumbrar e desfrutar os amplos cenários que a cidade apresentava, eram reivindicados há vários anos como uma necessidade sentida, numa terra virada para o turismo.

Foi na sua gerência que todas as ruas da cidade foram calcetadas com a introdução do moderno sistema de paralelepípedos, obrigando os proprietários responsáveis pelo estrago desse calcetamento a recalçá-las²⁸. Procedeu à iluminação pública das principais ruas e praças da cidade, como a Praça de Tenerife, Largo de António Nobre, Jardim Municipal, através do moderno sistema de lampiões, retirando à cidade o aspecto sombrio que apresentava. A rede de esgotos foi lançada em toda a cidade, o que fez com que a Câmara obrigasse os proprietários dos prédios a ligarem os seus esgotos ao colector geral, mandou construir bebedouros públicos, de repuxo, para os transeuntes e obrigou à vedação e cobertura de tanques de rega na cidade. Abriu avenidas amplas e modernas para a época, alargou ruas, alinhou outras, abriu novas, reparou outras, construiu pontes e viadutos. Mandou também restaurar todos os monumentos históricos da cidade. Na sessão de 02-04-1936, tomou a deliberação de indeferir a construção de telheiros que prejudicavam a estética da cidade, exceptuando em propriedades rústicas para armazenamento de produtos agrícolas e sementes.

Em 1939, decidiu estudar a possibilidade de concentrar os enterramentos em dois grandes cemitérios a construir nas zonas leste e oeste, ideia que veio a concretizar-se com a ampliação dos pequenos cemitérios de S. Martinho e de S. Gonçalo (Nossa Senhora da Piedade). O cemitério das Angústias, em Santa Catarina, foi transferido para S. Martinho, iniciando-se a transformação daquele local em jardim público, hoje Parque de Santa Catarina. Nas Angústias, em S. Martinho, mandou construir campas para os mortos de guerra e para os bombeiros.

A educação e a cultura também não foram esquecidas por Fernão de Ornelas. Alugou casas para servirem de escolas e de residências para professores, construiu edifícios de raiz, como a escola modelo Dr. Oliveira Salazar, nos Ilhéus, ou a escola do Ribeirinho em Santo António, melhorou o material didáctico, a iluminação, o arejamento e pintura das mesmas. Voltou a publicar em 1939, a expensas do município, a revista *Arquivo Histórico da Madeira*, entretanto suspensa, adquiriu vários livros para a Biblioteca Municipal, sobretudo de cultura nacionalista, e editou vários outros, entre os quais salientamos: *Ilhas de Zargo*, conferências sobre *A Família*, conferência de Ernesto Gonçalves *A Pátria Portucalese*, no encerramento das Comemorações do duplo centenário, e a reedição do *Elucidário Madeirense*, em 1940.

²⁸ Postura que dirige aos proprietários para recalçarem as ruas devido ao levantamento de calçadas para colocação de canos de esgoto (ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 14-11-1935, lv.º 21, fls. 156-164).

Em 1936, na sessão de 6 de Fevereiro, foi aprovado o projecto para as armas, bandeira e selo da cidade, que ficaram assim estabelecidos: Armas:

«De verde, de 5 pães de açúcar de ouro realçados em espiral e com base de púrpura postos em cruz, acantonados por 4 cachos de uvas de ouro sustidas e folhadas do mesmo metal, cada cacho carregado por uma quina de azul carregada de 5 besantes de prata em aspa. Coroa mural de prata de 5 torres. Listel branco com os dizeres **Cidade do Funchal**, de negro. Bandeira quarteada de 4 peças de amarelo e 4 de púrpura, cordões e borlas de ouro e de púrpura e lança e haste douradas. Selo circular, tendo ao centro peças das armas sem indicação dos esmaltes. Em volta, dentro de círculos concêntricos os dizeres **Câmara Municipal do Funchal**»²⁹.

Em relação à toponímia, esta CACMF presidida por Fernão de Ornelas prosseguiu com o trabalho das comissões anteriores no sentido de restituir às ruas da cidade os seus nomes primitivos. Na sessão camarária de 22-01-1935, decidiu que «1.º A nomenclatura das ruas não deve significar homenagem a indivíduos ou colectividades, mas sim um meio de as designar e distinguir». Daí que tenha constatado que, em relação a muitos nomes que foram mudados, o público continuava a empregar as designações antigas, por isso o nome das ruas deviam continuar a ser os tradicionais. Assim resolveu restituir às ruas as designações por que elas eram vulgarmente conhecidas, sem desprimor para os homenageados «que esta comissão muito venera e respeita cujos nomes agora tirados serão dados às novas artérias»³⁰.

Com o objectivo de moralizar os costumes, as vendedoras de flores foram obrigadas a usar as vestes típicas e não andarem mal trajadas, os engraxadores a usar farda de ganga (fato-macaco) e apresentarem-se devidamente calçados e de boina azul, os padeiros com farda branca, os condutores de carros (boieiros) de fato branco e botas típicas, os varredores de farda azul escura e de boné de pala de verniz, com o seu respectivo número no boné, os jardineiros de camisa de ganga azul, os guardas das retretes e mictórios com fato de ganga azul, o pessoal do matadouro com fato de ganga, barretes e gorros. Proibiu-se os funchalenses de cuspir no chão, de andarem descalços e de atirar lixo para o chão, através da promulgação de várias posturas camarárias, pedindo constantemente ao comissário da polícia a sua fiscalização.

Ordenou-se a pintura e caiação dos prédios, utilizando nas respectivas frontarias uma só cor; mandou-se pintar os nomes das ruas e números de polícia; disciplinou-se o trânsito automóvel, colocando placas coloridas e sinais luminosos nas ruas da cidade para que fossem bem visíveis por automobilistas e transeuntes; foram colocadas placas em determinadas zonas de paragem de autocarros, de forma

²⁹ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 06-02-1936, lv.º 21, fls. 240-246.

³⁰ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 22-01-1935, lv.º 20, fls. 106-119.

a que utentes e motoristas soubessem bem onde deviam esperar e parar o autocarro; proibiu-se o transporte de gado nas ruas da cidade e nas zonas turísticas.

No que diz respeito ao serviço de transportes colectivos, a CACMF, na sessão de 05-11-1936, decidiu municipalizar estes serviços no concelho do Funchal a partir de 01-01-1937; este foi aliás um dos processos mais polémicos que Fernão de Ornelas teve de gerir, tanto pelo incómodo que causou aos proprietários como pelos resultados obtidos. Esta deliberação já tinha sido tomada a 13-09-1932, mas ainda não tinha sido concretizada e esta comissão, considerando que o serviço continuava a ser deficiente, resolveu avançar com a municipalização dos transportes, até porque a maior parte das concessões a privados terminava em 31-12-1936. Esta municipalização compreendia todas as carreiras cuja concessão terminasse nesta data e as demais, à medida que fossem caducando. Entretanto, as companhias de transporte, cujas concessões ainda não haviam caducado, cederam todos os seus carros e demais materiais à CMF pelo preço da avaliação e nas condições propostas.

Dois anos mais tarde, a CACMF entendeu que este serviço não era rentável nos moldes em que estava sendo feito e, de acordo com um relatório elaborado pelo director dos serviços municipalizados, presente na reunião de 29-01-1939, que indicava um *deficit* de exploração destes serviços, referente a 11 meses do ano de 1938, de 289 261\$01, sem contar com a degradação do material estimado em 200 contos, decidiu pôr fim à sua municipalização. No entanto, esta praça dos serviços municipalizados de transportes públicos foi sendo adiada por falta de arrematantes. Só na sessão de 01-06-1939 foi adjudicada a José Goês Ferreira, por 755 contos, por ser a única proposta. Os argumentos para o fim da municipalização eram os seguintes: porque o

«objecto que norteou a Comissão ao municipalizar este serviço público foi a sua melhoria dentro do princípio do indispensável equilíbrio das receitas e despesas da exploração; Considerando porém que essa melhoria nas proporções que se requeria se tem tornado impossível por motivos de ordem vária. Resolve a Comissão Administrativa abrir concurso público (20 dias) para a cedência das concessões municipalizadas, bem como de todo o material que se encontra afecto a esta exploração»³¹.

Esta proposta foi aprovada com a oposição do vogal Francisco Leão de Faria que não concordou com a forma como foi feita a praça nem com o preço da venda. Este apresentou uma declaração de voto. O presidente pediu-lhe que retirasse esta declaração. Tendo o vogal se recusado a fazê-lo, o presidente informou que iria pedir ao governador civil a exoneração deste vogal por não poder trabalhar «com quem tão

³¹ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 01-06-1939, lv.º 27, fls. 141-150.

injustamente apreciava a sua acção e tão levemente se conduzia em assuntos de responsabilidade como este». Logo após este episódio, o referido vogal abandonou a sessão³².

Fernão de Ornelas também não deixou ao abandono as freguesias suburbanas, provendo-as com novas estradas, alargando outras e recalçetando-as, iluminando-as e fornecendo água potável, através da construção de muitos fontanários públicos; quando tomou posse eram 139 e em Novembro de 1939 eram já 211³³. Estes fontanários, colocados, muitas vezes, fora dos caminhos centrais, eram uma velha aspiração das populações rurais que até aqui se abasteciam de água de poços e ribeiros, tendo ainda de ir buscá-la a grandes distâncias. Mandou construir lavadouros públicos, nos leitos das ribeiras e outros lugares onde eram necessários, para obviar as dificuldades sentidas pelas utentes e bocas de rega para facilitar a actividade dos agricultores.

No campo da saúde, constituiu, em 1940, o Serviço Municipal de Saúde, colocando médicos, pagos pelo município, nas freguesias suburbanas, a fim de assegurar uma eficiente protecção na doença aos munícipes pobres e combater as principais doenças sociais. Neste campo, foram importantes a acção dos médicos Agostinho Cardoso, Aníbal de Faria e William Clode.

No campo social, a acção de Fernão de Ornelas foi também muito relevante: construiu os bairros económicos de Santa Maria Maior, S. Gonçalo e Ajuda, para as populações mais pobres do concelho, que foram inaugurados com pompa e circunstância durante as comemorações centenárias. Outra preocupação social de Fernão Ornelas teve a ver com o tabelamento do ordenado mínimo para os funcionários da Câmara e a imposição aos adjudicatários de obras municipais de pagarem salários superiores a 8 escudos diários, aos seus trabalhadores³⁴.

No campo financeiro, Fernão de Ornelas procedeu à liquidação das dívidas passivas da CMF, contraídas pelas gerências anteriores, que se haviam acumulado por deficiência de verbas, o que foi conseguido nos finais de 1939. Este facto fez com que a CMF fosse considerada, pelas altas esferas administrativas, a mais bem administrada do país. Acresce dizer que a receita da CMF cresceu em relação a 1935 na ordem de 2500 contos mensais; deste montante eram retirados 900 contos para o pagamento das dívidas da Câmara, disponibilizando cerca de 1600 contos para obras públicas.

³² ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 01-06-1939, lv.º 27, fls. 141-150.

³³ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 16-11-1939, lv.º 28, fls. 73-80.

³⁴ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 01-10-1936, lv.º 21, fls. 247-250, lv.º 22, fls. 1-5.

No começo da Segunda Guerra Mundial, devido às grandes dificuldades por que passavam os madeirenses, a CMF, através do seu presidente, deliberou disponibilizar 30 contos mensais para a distribuição de géneros alimentícios às classes necessitadas, o que originou manifestações populares de regozijo. Para além desta situação pontual, era hábito desta CACMF oferecer aos pobres do Funchal todos os anos, pelo Natal, um bodo para sensivelmente 300 pobres. Para minorar a crise do desemprego, que em reflexo da guerra se fazia sentir no Funchal, em fins de 1939 a CACMF decidiu prolongar a Avenida Marginal até ao Campo Almirante Reis (Avenida do Mar), construir a praia de banhos Barreirinha e ainda o miradouro do Socorro.

Decidiu construir um grande edifício para as conservatórias do Registo Civil e Registo Predial e a Repartição de Finanças, um novo Mercado, inaugurado a 28-05-1940, denominado dos Lavradores, o Matadouro Municipal, a Rotunda do Infante, a cobertura da Ribeira de São João e ainda a conclusão da Avenida Arriaga até à Ribeira de São João e do troço de estrada da Avenida do Infante até a Ponte do Ribeiro Seco, obras que foram inauguradas no âmbito das comemorações centenárias de 1940.

Fernão de Ornelas deixa a Câmara a 22-10-1946, legando uma obra notável, marcando indelevelmente a história da cidade que o viu nascer.

Regressado de uma viagem ao Brasil a 22-09-1946, é confrontado com um jantar em sua homenagem, organizado por várias personalidades madeirenses de vulto, que se realizou no Hotel Savoy, com a presença de cerca de 300 pessoas, o que por si só atesta a consideração que Fernão de Ornelas gozava entre os madeirenses³⁵.

Nesta altura, talvez adivinhando o que lhe sucederia pouco tempo depois, num discurso desassombrado afirmava que

«houve momentos em que me senti quase só. Não excediam meia dúzia os homens que me compreendiam. Entretanto a consciência aconselhava-me a prosseguir, não me desviando da linha estabelecida, mesmo que daí resultasse o fim da minha vida pública. Dissabores, atritos, lutas, injustiças, tudo, porém, passou; o que se realizou já é alguma coisa e hoje, vejo, com o coração a transbordar de alegria que, através de muitos dos seus elementos mais representativos, a Madeira apoia uma obra que não tem a maculá-la qualquer ideia mesquinha, mas é unicamente o resultado do entusiasmo, do apaixonado desejo de engrandecê-la»³⁶.

Efectivamente, a 22-10-1946, por divergências com o governador civil de então, Daniel Vieira Barbosa, demite-se do cargo que durante 12 anos ocupou. Após a sua exoneração, a reunião ordinária da CACMF agendada para 26-10-1946

³⁵ *Diário de Notícias*, 01-10-1946, n.º 21995.

³⁶ Cfr. *Diário de Notícias*, 06-10-1946, n.º 22000, e *O Jornal*, 08-10-1946, n.º 428.

não se realizou, como afirmação de solidariedade para com Fernão de Ornelas. Na primeira reunião camarária realizada após a sua exoneração, a 07-11-1946, a vereação em exercício, considerando os relevantes serviços de Fernão de Ornelas à frente do Município, deliberou que à rua em construção que ligava a Ponte do Bettencourt à Rua do Hospital Velho/Mercado dos Lavradores fosse dado o nome de Fernão de Ornelas, ordenando à repartição de obras que colocasse as placas com o novo nome e ainda por baixo «Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves, que na presidência da Câmara bem serviu a terra onde nasceu (1935-1946)». Esta placa viria a ser colocada na presidência seguinte, de Óscar Baltazar Gonçalves, a 30-12-1950.

Aquando do seu falecimento, ocorrido a 24-05-1978, os dois jornais da Região Autónoma da Madeira consideraram a sua personalidade controversa, mas salientaram a sua obra imorredora, revelando um espírito empreendedor fora do comum. O *Jornal da Madeira* afirmava que «ao Dr. Fernão de Ornelas o Funchal ficou a dever a sua modernização através de feição nova»³⁷, dando forma finalmente a algumas velhas aspirações dos funchalenses numa obra que ainda hoje perdura no imaginário da cidade como uma das melhores e mais bem executadas da história regional, numa visão de futuro sem precedentes, tornando a sua acção imperecível, sendo credor da gratidão do povo do Funchal que ainda hoje o recorda com saudade. O *Diário de Notícias* salientava a sua obra nestes termos: «uma obra a todos os títulos notável sob um impulso renovado que constitui uma das páginas mais marcantes de administração local»³⁸.

Com a saída de Fernão de Ornelas, foi o então vice-presidente José Rafael Basto Machado quem assumiu interinamente o cargo de presidente, limitando-se a uma gestão dos assuntos correntes da Câmara.

O tenente Domingos Cardoso, que fez parte da Câmara Municipal presidida por Fernão de Ornelas, mais tarde ao abandonar as suas funções, a 29-12-1950, já na Comissão presidida por Óscar Baltazar Gonçalves, fazia um elogio cerrado a Fernão de Ornelas e à sua obra:

«a receita anual, nesse tempo, era de cerca de cinco mil contos e havia também dívidas importantes a saldar, sendo pequenas as disponibilidades para as obras e limitado o crédito. A obra realizada só foi possível porque se desceu aos mais pequenos pormenores na redução das despesas, na cobrança das receitas existentes e na criação de novas receitas, [...] cito as receitas obtidas com a praça anual do aluguer de celhas e tabuleiros de peixe e outros pequenos rendimentos do mercado, a reorganização e disciplina dos serviços de limpeza com pequenos carros rodados e o fardamento dos varredores a quem se passou a

³⁷ *Jornal da Madeira*, 27-05-1978, n.º 14365.

³⁸ *Diário de Notícias*, 27-05-1978, n.º 33783.

exigir uma certa higiene; ao controle e redução do consumo de gasolina e reparações dos carros de limpeza que passaram a ter uma garagem junto da Câmara Municipal; a cobertura das várias ribeiras com buganvílias; a reorganização dos Bombeiros Municipais que haviam sido anteriormente dissolvidos duas vezes e a criação de um fundo para protecção na doença fomentando-se e desenvolvendo-se relações de camaradagem e amizade entre as duas corporações existentes na cidade. Começando-se a fazer-se o pagamento das despesas e amortizações das dívidas existentes em escalões anuais a partir das mais antigas e aumentando-se as receitas, foram possíveis empréstimos para as expropriações necessárias às obras novas. Voltou o crédito que se obtinha no começo quase exclusivamente por intermédio dos serviços municipalizados que mais tarde foram extintos por nessa altura serem julgados desnecessários em virtude dos serviços que desempenhavam poderem, com economia, ser exercidos normalmente pelas diversas repartições da Câmara. É cedo ainda para tornar público sérias dificuldades que foram necessárias vencer como por exemplo na municipalização das camionetas, no abastecimento de carnes, na expropriação de prédios, em especial nos largos do município e nas obras da Avenida do Mar. Em 22 de Outubro de 1946 deixou o Dr. Fernão de Ornelas Gonçalves a presidência da Câmara em circunstâncias bastante desagradáveis»³⁹.

2.2. Óscar Baltazar Gonçalves (1947-1951)

Por alvará do governador civil do Funchal, João Abel de Freitas, de 27-04-1947, foi nomeado presidente da CACMF o médico e proprietário Óscar Baltazar Gonçalves⁴⁰. Nacionalista por formação, acompanhou desde o início a política da Ditadura que levou à instauração do Estado Novo. Fora governador civil substituto e presidente da Comissão Distrital da União Nacional.

Na primeira reunião, realizada a 08-05-1947, o novo presidente assumiu que trazia um vasto plano de realizações, mostrando-se empenhado na modernização da fisionomia da cidade e no seu progresso, prosseguindo o trabalho desenvolvido pelo seu antecessor Fernão de Ornelas.

Óscar Baltazar Gonçalves dedicou atenção especial às obras públicas, educação e fornecimento da luz eléctrica ao concelho do Funchal, com particular enfoque às

³⁹ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 30-12-1950, lv.º 47, fls. 217-224.

⁴⁰ Óscar Baltazar Gonçalves nasceu na freguesia do Monte, Funchal, a 16-10-1895. Fez o ensino primário e secundário no Funchal, matriculando-se depois na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, onde se licenciou. Foi director de serviços do Hospital da Misericórdia no Funchal e inspector de Sanidade Marítima. Como político, desempenhou vários cargos de responsabilidade na Madeira. Em 1927, foi governador civil substituto do Distrito; em 1930, foi nomeado presidente da Comissão Distrital da União Nacional, cargo de que se demitiu em 1941 por discordar da orientação política então seguida. A 26-04-1947, foi nomeado presidente da CMF. Viria a falecer no Funchal, no dia 20-04-1958 (CLODE, s.d., *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses, Sécs. XIX e XX*, p. 236; JANES, *Nacionalismo e Nacionalistas na Madeira nos Anos Trinta (1928-1936)*, p. 97.)

zonas suburbanas da cidade. A CMF continuava a enfrentar problemas financeiros, apesar do empenho de Fernão de Ornelas em regularizar as contas do Município. Para estas realizações, contava com a comparticipação financeira do Governo Nacional e da Junta Geral do Distrito, que costumavam subsidiar em parte as obras mais importantes realizadas pela CMF.

A grande preocupação desta CACMF foi prosseguir a construção da rede de estradas municipais já que grande parte da área do município se encontrava desprovida de estradas, especialmente de transversais que estabelecessem ligação entre pontos de aproximação. Procedeu: ao calcetamento, pavimentação, alargamento e arranjo de várias ruas, largos e estradas da cidade; à construção de marcos fontanários nas freguesias suburbanas da cidade; à reparação de edifícios municipais; à continuação dos trabalhos de arborização do Montado do Barreiro; à pavimentação, iluminação e lançamento de esgotos na Avenida do Mar, no troço compreendido entre a Alfândega e o Campo Almirante Reis.

Ainda no mês de Maio de 1947, decidiu-se elaborar o estudo para a abertura de uma estrada de ligação do Funchal à freguesia de S. Roque, obra que se presumia de grande interesse para o concelho e benefício para o povo desta freguesia. Na reunião camarária de 21 de Agosto, deste mesmo ano, procedeu-se à aprovação do projecto para a sua abertura, sendo adjudicada na reunião de 04-06-1949.

A 04-09-1947, a Câmara aprovou o projecto para a construção da estrada de ligação entre os sítios do Tanque, Corujeira e Tílias, na freguesia do Monte. A 13 de Maio de 1948, decidiu-se realizar outra obra de extrema importância para a freguesia, a estrada Monte – Choupana, com passagem pelo Curral dos Romeiros, servindo a população local onde até então apenas se chegava por caminhos inacessíveis aos veículos motorizados.

Outras obras importantes foram a construção da primeira fase da estrada transversal de S. Roque ao Monte, a construção da Ponte sobre a Ribeira de João Gomes, a ligação da Rua Fernão de Ornelas ao Mercado dos Lavradores, e a ponte da Ribeira Grande, ao Lugar do Meio, entre a freguesia de S. Roque e Santo António, inaugurada a 22-07-1948.

Na sessão camarária de 17-08-1948, foi anunciada a chegada do grupo escultórico, de bronze, da fonte decorativa da Praça do Infante, da autoria do escultor António Duarte, para colocação na respectiva praça. Também nesta sessão, foi deliberado abrir uma rua de ligação entre a Praça do Infante e a Avenida do Mar e a ligação entre a Praça do Infante e a Ponte Monumental, projectos elaborados pelo arquitecto Faria da Costa, a quem foi pedido ainda para elaborar um esboço dos prédios a edificar

na zona destinada a construção entre a Praça do Infante e a Avenida do Mar, e igualmente uma ligação entre o Largo do Torreão e o Largo das Cruzes.

Neste mesmo ano de 1948, o Governo concedeu um subsídio de 200 000\$00 para construção da 2.ª fase do Cemitério de Nossa Senhora da Piedade, em S. Gonçalo. A 23 de Março, a CACMF determinou à Repartição de obras que tomasse providências para que este cemitério pudesse ser utilizado e fizesse a regulamentação do terreno sobrance junto à rua. A 06-07-1950, encarregou a mesma repartição de fazer a adaptação das cantarias do antigo cemitério de S. Martinho e do portão do antigo mercado, a fim de serem colocados naquele cemitério. A 24-11-1949, melhorou as condições existentes no complexo balnear do Lido, salvaguardando as necessidades de segurança, higiene, comodidade e interesses do público.

Uma das obras mais emblemáticas da governação autárquica de Óscar Gonçalves foi a construção de bairros de renda económica, para as pessoas mais pobres do concelho, aproveitando a parceria estabelecida com o Governo, pelo Decreto-lei n.º 23.052, de 23-09-1939, complementado pelo Decreto-lei n.º 34.486, de 08-04-1945, que permitia às Câmaras Municipais e às Misericórdias construir bairros económicos, comparticipados pelo Estado, com dez contos por casa. Como escrevia então o *Diário de Notícias*, a construção de bairros sociais «era uma obra de longo alcance social, visando melhorar, moral e materialmente a situação das classes trabalhadoras, dando-lhes possibilidades, por uma renda módica, de poderem habitar uma casa limpa, isolada, com o seu bocadinho de terreno para jardim, estender roupa ou criar aves»⁴¹.

A 06-02-1951, Óscar Baltazar Gonçalves procedeu à inauguração do primeiro bairro, o Bairro dos Viveiros, na freguesia de S. Pedro. Era já o terceiro bairro construído pela CMF, e o primeiro desta vereação.

Mas a grande obra desta gerência foi a da resolução do problema do fornecimento da luz eléctrica à cidade. Ciente de que terminava a 22-05-1950 o contrato do fornecimento de energia eléctrica pela companhia The Madeira Electric Lighting Company (1909) Limited, e reconhecendo a necessidade de proceder imediatamente ao estudo para a solução do problema, a Câmara, na reunião de 28-08-1947, resolveu:

«1.º pedir a Sua Ex.^a o Ministro da Economia para designar um técnico de reconhecida competência para colaborar com esta Câmara no estudo da situação criada pela aproximação do termo do contrato actualmente em vigor; 2.º conceder ao Senhor Presidente da Câmara

⁴¹ *Diário de Notícias*, 23-02-1950, n.º 23162.

plenos poderes para efectuar as negociações que tiver por convenientes e solicitar a colaboração do advogado que acompanha este assunto no seu aspecto jurídico»⁴².

Na reunião de 13 de Dezembro desse ano, o presidente da Câmara comunicou aos seus colegas de vereação o resultado das reuniões tidas em Lisboa, nos vários ministérios, para a resolução deste problema, informando que decidira contratar o engenheiro José Augusto Barbosa Colen Viana para fazer o estudo técnico, económico e financeiro da municipalização dos serviços públicos de distribuição de energia eléctrica ao Concelho.

A decisão de municipalizar este serviço foi tomada na reunião de 30-09-1948 e sancionada pelo Conselho Municipal, de 6 de Outubro desse ano. Nesta reunião convocada extraordinariamente para analisar este problema, foi decidido ainda por unanimidade aprovar o seguinte:

«1.º Fazer uma nova instalação para o fornecimento de energia eléctrica à cidade e concelho do Funchal, de harmonia com o ante-projecto da autoria do Sr. Engenheiro Colen; 2.º Que esse serviço funcione em regime de municipalização, criando-se para tanto e para que se iniciem oportunamente os respectivos serviços; 3.º que seja solicitada autorização do Governo para contrair na Caixa Geral de Depósitos um empréstimo com este destino até ao montante de 30 mil contos»⁴³.

A municipalização deste serviço foi aprovada pelo Governo, por portaria de 13-01-1949, publicada no *Diário do Governo*, II série, n.º 22, de 27 do mesmo mês. A 30-04-1949, dando cumprimento à deliberação camarária, esses serviços foram criados para exploração, produção e distribuição de energia eléctrica à cidade e concelho do Funchal, a partir de 01-05-1950, data em que terminavam os direitos da empresa concessionária, permanecendo os serviços na mesma sede, ao Campo Almirante Reis. A transacção custou à Câmara a importância de 13 567 500\$00, o equivalente, na época, a 135 mil libras. Por deliberação de 18-06-1949, assumiu a presidência destes serviços o engenheiro Herculano Lourenço dos Ramos, em substituição do engenheiro Colen, que regressara a Lisboa após ter concluído os seus trabalhos de organização dos serviços respeitantes ao fornecimento de energia eléctrica ao concelho, tendo apresentado um relatório dos seus trabalhos. A CACMF, já depois de resolvido o problema, resolveu adquirir mais um Grupo Diesel Alternador de 750 KW, com capacidade equivalente a um terço da potência que existia na altura da transferência.

⁴² ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 28-08-1947, lv.º 42, fls. 230-243.

⁴³ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 07-10-1948, lv.º 44, fls. 206-212.

Na tentativa de encontrar solução para o problema do abastecimento de água à cidade, a CMF contou com a ajuda do Governo que publicou dois despachos a 23-11 e 23-12-1949, permitindo a abertura de um túnel, sob o Pico do Arieiro, para encontrar os caudais de água necessários para o efeito. Por despacho do ministro das Obras Públicas de 12-12-1949, a CMF foi autorizada a abrir o túnel dos Tornos, a fim de possibilitar novos caudais de água. Em 1951, para tentar resolver este problema, a CMF procedeu à canalização de águas das várias ribeiras da cidade, em especial a de Santa Luzia, para o seu reservatório, de forma a poder abastecer a cidade com água potável.

No que toca à educação e cultura, esta vereação teve um papel preponderante na construção de escolas e bibliotecas, na edição de livros, na colaboração e apoio à realização de regatas, instituindo prémio aos melhores alunos do Liceu e da Escola Industrial e Comercial do Funchal, num esforço para realizar, também aqui na Madeira, a “política do espírito”, definida por António Ferro, que chefiava o Secretariado da Propaganda Nacional.

No ensino, deu-se uma atenção especial à instrução primária, quer promovendo a criação de novas escolas quer construindo novos edifícios e dotando todas as escolas com o material didáctico necessário. Na sessão camarária de 25-09-1947, deliberou-se criar dez escolas nos bairros periféricos da cidade e vários cursos nocturnos, com o objectivo de combater o analfabetismo, que então grassava na Madeira⁴⁴. A 28-05-1951, a Câmara procedeu à inauguração da primeira cantina escolar na Madeira, nas escolas primárias de Santa Maria Maior, anexas à escola do Magistério Primário do Funchal, construídas dentro do plano dos Centenários⁴⁵. Servia-se, nesta cantina, às crianças pobres, uma refeição diária constituída por sopa, pão, café com leite e fruta.

⁴⁴ As novas escolas criadas foram distribuídas pelas freguesias do concelho, da seguinte forma: Freguesia de Santo António, quatro escolas, nos sítios do Tanque, Boliqeime, Santa Quitéria e Jamboto; Santa Maria Maior, uma escola, no sítio do Ribeiro Domingos Dias (Choupana); S. Roque, uma escola no sítio do Galeão; Monte, duas escolas nos sítios da Eira do Lombo e Curral dos Romeiros; S. Martinho, duas escolas nos sítios da Igreja e no dos Barreiros. Com esta deliberação também 13 professores foram colocados. Também foram criados cursos nocturnos, dois em S. Pedro, Rua da Carreira, Consolação, Faial (Santa Maria Maior), dois na Madalena, (Santo António), um na Rua Pedro José de Ornelas (Santa Luzia). No dia 27-04-1950, comemorando-se 22 anos da posse de Salazar como ministro das Finanças, a CACMF inaugurou dois novos edifícios escolares na rua Pedro José de Ornelas (ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 25-09-1947, lv.º 42, fls. 230-243).

⁴⁵ O Plano dos Centenários, lançado pelo Estado Novo, na década de 1940, para todas as escolas primárias do país, propunha construções segundo modelos tipificados, adaptados às condições locais, que aliavam a funcionalidade à arquitectura tradicional portuguesa. Era um plano de construção escolar em massa, que visava disciplinar a construção das escolas e o aumento do nível de educação da população.

Em relação à cultura, uma das suas primeiras medidas foi a de reabrir a biblioteca móvel do Jardim Municipal, criada por Fernão de Ornelas e há já algum tempo desactivada⁴⁶. A 20-03-1947, reeditou-se o trabalho de Augusto Branco Camacho intitulado *O Distrito no Código Administrativo de 1940 e no Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes*, considerado importante para os serviços dos Corpos Administrativos dos Distritos Autónomos. A 17-10-1947, editaram-se *Pela História da Madeira*, do Padre Fernando Augusto da Silva, e o *Catálogo Bibliográfico do Arquipélago da Madeira*, da autoria de José Joaquim Rodrigues. Na reunião camarária de 14-05-1948, e confirmado na de 13-05-1949, a CACMF tomou a deliberação de continuar a publicar a revista *Arquivo Histórico da Madeira*, que estava suspensa há alguns anos, encarregando da respectiva direcção o seu antigo director, Cabral do Nascimento, e na sessão de 25 de Agosto, deliberou publicar o *Boletim do Museu Municipal*, dedicado às Ciências Naturais, dirigido por Gunther Maul e subsidiado pelo geólogo inglês G. W. Grabham. A 19-11-1949, a CACMF decidiu fazer do Arquivo Distrital o depósito legal de vários livros pertencentes ao arquivo da Câmara e integrar na Biblioteca Municipal várias colecções de obras existentes na Secretaria da CMF.

Em relação à toponímia da cidade, esta CACMF decidiu dar o nome do Concelheiro Aires de Ornelas à rua construída em frente do novo edifício do Liceu Jaime Moniz e ao pequeno troço da Rua da Rochinha até à Estrada Conde Carvalhal⁴⁷; o nome do mestre da Sé, Gil Eanes, ao novo largo que resultou das demolições dos prédios realizadas na Travessa dos Capelães e parte das ruas do Aljube e João Gago; e o do Cónego Jerónimo Dias Leite, cronista da Madeira do século XVI, à nova rua que liga a Praça do Infante à Avenida do Mar⁴⁸; atribuiu o nome do antigo governador civil do Distrito e presidente da Junta Geral, Dr. João Abel de Freitas, à estrada que liga o Funchal a S. Roque⁴⁹; resolveu atribuir o nome do historiador Padre Fernando Augusto da Silva ao miradouro situado em frente da Igreja de Santo António, colocando aí uma placa com o seu nome⁵⁰; a 20-12-1950, a Sociedade Histórica da Independência tomou a iniciativa de erigir aí um busto em homenagem ao historiador que foi o seu primeiro presidente. Em homenagem ao major João dos Reis Gomes, a CACMF decidiu erguer um monumento ao norte da Praça de Tenerife, perpetuando o respeito e a admiração àquele escritor; no monumento constaria uma expressiva alegoria

⁴⁶ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 8-05-1947, lv.º 42, fls. 2-19.

⁴⁷ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 20-03-1947, lv.º 41, fls. 186-200.

⁴⁸ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 19-11-1949, lv.º 46, fls. 120-126.

⁴⁹ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 17-09-1949, lv.º 46, fls. 55-61.

⁵⁰ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 16-03-1950, lv.º 46, fls. 227-235.

representativa das actividades em que ele se salientou no campo da literatura, ciência e arte; a 25-01-1951, foi atribuído o nome do Major Reis Gomes à Rua 5 de Junho. Em memória da visita à Madeira do Rei D. Carlos e esposa, em 1901, a CACMF decidiu voltar a atribuir o nome do rei ao campo que a República renomeara de Almirante Reis⁵¹ e restituir o nome de Jardim D. Amélia ao Jardim Municipal⁵², que lhe havia sido dado em 1901. Atribuiu também o nome do Padre Laurindo Leal Pestana à rua que liga o prolongamento da Rua Aspirante Mota Freitas à Rua Aciailly⁵³. Na sessão de 24-10-1948, sob proposta do vereador Manuel Nunes Farinha, foi deliberado dar ao largo adjunto à Ponte Monumental (Ribeiro Seco) e nas imediações do Hotel Atlântico, o nome do poeta António Nobre que aí residiu. Neste largo, a 28-12-1941, já a CMF havia inaugurado um busto do poeta.

A 22-01-1948, a CACMF decidiu construir um monumento de homenagem aos mortos da Primeira Grande Guerra e ao Exército Português. Devido às dificuldades financeiras, a CMF resolveu solicitar colaboração financeira à Junta Geral do Distrito e à Liga dos Combatentes, pedindo a sua intervenção junto do ministro da Guerra para a cedência do bronze para a cruz de guerra e placa com os nomes dos militares mortos.

O Serviço Municipal de Saúde, instituído por Fernão de Ornelas, mereceu também da parte de Óscar Baltazar Gonçalves e das suas vereações uma atenção especial, criando novos postos clínicos (um na Cadeia Civil) e três dispensários. Funcionavam até aí quatro postos clínicos em bairros da periferia do Funchal, S. Gonçalo, S. Roque, Santo António e S. Martinho, e um Posto Clínico Central, com as suas secções de clínica geral, oftalmologia, otorrinolaringologia e pediatria. A este serviço acrescentou-se o serviço de tratamentos nas residências dos doentes, que incluía aqueles que tinham de receber tratamento em Lisboa. Este serviço era dirigido por Agostinho Cardoso.

Em relação aos serviços de incêndio, que estavam sob alçada da CMF, Óscar Baltazar Gonçalves fez questão de prestar todo o apoio aos Bombeiros Municipais, dotando a corporação com o material necessário, no sentido de dar àquele serviço a maior eficiência.

Com a ideia de acabar com a anarquia estética que predominava na cidade, pondo fim ao amadorismo e improvisação nas construções, exigindo a intervenção de técnicos para qualquer obra urbanística, vieram à Madeira, a convite da CMF,

⁵¹ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 06-12-1951, lv.º 49, fls. 26-35.

⁵² ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 13-12-1951, lv.º 49, fls. 35-43.

⁵³ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 12-04-1951, lv.º 48, fls. 74-87.

três arquitectos continentais: Miguel Jacobety, que traçou o plano do Parque de Santa Catarina, e Joaquim Ferreira e João Guilherme Faria da Costa, encarregados de conceber o plano de urbanização do Funchal⁵⁴. Vieram também os engenheiros Manuel Castro Cabral e Alexandre Ferreira Chaves, o primeiro para proceder ao levantamento da Planta da cidade e o segundo para elaborar o projecto do abastecimento de água à cidade. A 15-06-1951, foi deliberado proceder ao levantamento topográfico do Montado do Barreiro. Esta CACMF procedeu ainda a uma profunda alteração estética do parque José Leite Monteiro, no Monte, reconstruiu o coreto do Jardim Municipal, já que o anterior não satisfazia as condições acústicas e estéticas pretendidas, pelo que decidiu demoli-lo a 24-08-1950, e expropriou um prédio no Largo de Gil Eanes, à entrada da sacristia da Sé, em estado de ruína que não contribuía para a beleza da cidade. Resolveu, ainda, solicitar à Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a conclusão das obras da Sé Catedral; encarregou o arquitecto Castro Freyre de estudar um tipo de candeeiros para serem colocados nos ângulos do adro sobre os pilares de cantaria; acabar e remover as duas casas de lata existentes ao lado da Rua Conselheiro Aires de Ornelas, que constituíam um foco de infecção sem qualquer amostra de instalações sanitárias⁵⁵. Devido ao estado de degradação do edifício do antigo restaurante Kit Kat, na entrada da cidade, que constituía uma má publicidade para os estrangeiros e nacionais que visitavam a Ilha, quase tão má como o bairro do calhau⁵⁶, a CACMF decidiu expropriar este prédio por utilidade pública⁵⁷.

Em Junho de 1951, Óscar Baltazar Gonçalves é nomeado governador civil substituto e por este motivo deixa a presidência da CMF.

À custa de severas economias e graças às participações concedidas pelo Estado e aos importantes subsídios com que a Junta Geral do Distrito Autónomo, conseguiu-se um volume de obras importante, satisfazendo os compromissos assumidos. Quase todas as dívidas antigas da Câmara foram pagas, assim como as prestações dos empréstimos foram satisfeitas dentro dos respectivos prazos.

Óscar Baltazar Gonçalves, na tomada de posse do seu sucessor, durante a realização do Conselho Municipal, de 02-01-1951, não deixava dúvidas:

⁵⁴ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 24-04-1947, lv.º 41, fls. 237-250.

⁵⁵ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 07-12-1950, lv.º 47, fls. 193-198.

⁵⁶ O *Diário de Notícias*, de 13-11-1951, n.º 24769, informava que o desmantelamento do Bairro do Calhau, considerado uma nódoa social existente na cidade do Funchal, estava para breve, devido ao apoio da Santa Casa da Misericórdia do Funchal.

⁵⁷ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 21-09-1951, lv.º 48, fls. 205-212.

«São trabalhosas e cheias de dificuldades as funções da administração dum Município da importância do Funchal, sobretudo quando exercidas num período que se encontra onerado, com pesados encargos, de todos sobejamente conhecidos, que limitam as possibilidades da execução de obras já planeadas ou que as necessidades dos povos impõem»⁵⁸.

2.3. João Gonçalves Valente (1951-1954)

Por alvará do governador civil do Distrito, brigadeiro Rui da Cunha e Meneses, de 20-06-1951, o major-médico João Gonçalves Valente⁵⁹ é nomeado presidente da CMF, realizando-se a posse no dia seguinte, no salão nobre dos Paços do Concelho.

Na cerimónia de posse, João Valente afirmava conhecer a situação da CMF, dizendo não ter ilusões sobre as dificuldades da sua nova missão:

«Esta afigura-se-nos difícil, entre outros factores, pela desproporção entre a enorme área da cidade e o seu número de fogos; difícil porque as receitas não estão de harmonia com a grandeza da obra a realizar; e difícil, ainda, porque muito haverá que lutar para vencer a rotina e os interesses individuais que reagem sempre quando, dentro dos sãos princípios da moralidade e da justiça, se procura submetê-los aos da colectividade».

Por outro lado, dizia conhecer o «comportamento emocional peculiar à nossa raça, tanto mais exaltado quanto mais pequeno é o meio, conduzindo, umas vezes à crítica precipitada e mal fundamentada e outras a paroxismos de ansiedade exigindo que as realizações surjam, de um momento para outro, como que por encanto». Sem grandes promessas, nem apresentação de programa, propunha-se não desiludir quem em si confiava, nem trair a sua legítima expectativa, afirmando:

«tudo que podemos garantir, sem receio de quebra do nosso compromisso, é que os destinos da nossa cidade, no que respeita à sua administração e progresso, serão orientados dentro da maior justiça e independência, visando-se, acima de tudo, os interesses gerais. Mau grado toda a boa vontade e competência das gerências que nos precederam, cuja obra realizada está a todos bem evidente, um largo plano de realizações se impõe

⁵⁸ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 01-02-1951, lv.º 48, fls. 10-15.

⁵⁹ João Gonçalves Valente nasceu na cidade do Funchal, a 16-07-1900, filho de José Gonçalves Valente e de Berta da Conceição Guerreiro. Casou em 1928 com Lígia Amélia de Cunha Santos, de quem teve dois filhos. Fez os estudos primários e secundários no Funchal, matriculando-se depois na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, onde esteve até ao 4.º ano, transitando para a Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, acabando o curso em 1923 e especializando-se em Otorrinolaringologia. Logo a seguir, entrou para os quadros do Exército português, exercendo aí a profissão de médico. Durante algum tempo teve consultório aberto em Lisboa, na Avenida da Liberdade. Foi director clínico do Hospital da Santa Casa da Misericórdia do Funchal. A 20-06-1951, foi nomeado presidente da CACMF, cargo que exerceu até 21-01-1954. Por inerência de funções, foi eleito Procurador à Câmara Corporativa. Faleceu no Funchal, no dia 02-02-1972 (CLODE, s.d., *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses, Sécs. XIX e XX*, pp. 481-482).

ainda considerar no futuro, o qual terá de ser objecto de ponderado e aturado estudo [...]. Optaremos deliberadamente pelas soluções definitivas dos problemas que se nos apresentarem, pois somos, por sistema, contrários a soluções provisórias, sempre precárias e antieconómicas. Anima-nos o firme propósito de trabalhar com afincos no sentido de acompanhar, na medida das possibilidades financeiras da Câmara, a obra excepcional de renovação e progresso que tem caracterizado a política de realidade e acção do Estado Novo»⁶⁰.

Na ocasião, o governador civil do Distrito advertia que a presidência da Câmara «é um dos pilares sobre que assenta a política e a administração do nosso Distrito». A CMF era então a terceira do país, no que respeita à sua capacidade administrativa e ao volume da população, o que acarretava muitas responsabilidades a quem a dirigia. O governador civil alertava o novo presidente da CACMF para os novos problemas que se avizinhavam:

«temos uma cidade que, vivendo grandemente de turismo e da visita de estrangeiros, requer cuidados de urbanização de conforto, de facilidades da vida pública. Há que completar um plano de alargamento, de engrandecimento e de embelezamento de vastas proporções. Temos uma zona rural de grandes dimensões e densamente populosa que anseia pelo melhoramento e completamento da sua rede de comunicações, o abastecimento de águas, e as suas escolas, de inúmeras pequenas necessidades que dia a dia se vão tornando mais comuns nos hábitos da vida. Temos o problema da crise de habitação das classes pobres, cada vez mais premente e mais confrangedor. Temos o custo da vida a afligir-nos, e a questão do controle dos preços do mercado diário, a definir e a estudar. Temos enfim um sem-número de exigências dos munícipes, razoáveis, justificáveis, a contrapor-se a imperiosas dificuldades do Município. Isto fora os grandes problemas de organização que correm na intimidade da Câmara, entre os vereadores e o presidente, mas que mesmo assim não escapam às apreciações e críticas, ao sabor das correntes, da disposição do público e das manobras dos especuladores»⁶¹.

A 16-09-1951, o *Diário de Notícias* publica uma extensa entrevista com João Valente onde este, três meses após a sua nomeação, faz o ponto da situação relacionada com a sua actividade na presidência da CACMF. Para a resolução dos problemas do concelho, estabelecia três fases, cada uma delas abrangendo um período de três anos. Enumerava as necessidades mais imperiosas e a urgência em resolvê-las, como o abastecimento de água potável, a rede de saneamento básico (a completar e ampliar) e a construção de bairros económicos. Nos domínios da higiene e saneamento, remoção de lixo doméstico, limpeza das ruas, abastecimento de águas e esgotos, residia, na sua opinião, o problema basilar dos municípios, que «definiam só por si o grau de progresso e civilização dos aglomerados urbanos, por

⁶⁰ *Diário de Notícias*, 22-06-1951, n.º 24618.

⁶¹ *Diário de Notícias*, 22-06-1951, n.º 24618.

isso deviam ser objecto de muita atenção pelo município», sugerindo «a aceleração da remoção dos resíduos apresentados para recolha, além da necessidade de boas lavagens das ruas»⁶².

Em relação ao abastecimento de água à cidade, João Valente dizia-se esperançado em ter o problema resolvido no Verão de 1952, «mediante a utilização da água da Ribeira de Santa Luzia a estancar em reservatório que será construído na confluência do Caminho dos Saltos com o de D. João». Para melhor solucionar este problema era sua intenção aumentar substancialmente o caudal que abastecia o depósito de Santa Luzia e construir dois reservatórios para abastecer as zonas leste e oeste da cidade, de modo a evitar-se a baixa pressão que frequentemente se verificava; construção de um depósito quebra de pressão na altura do Monte para melhorar a distribuição da água à zona de S. Martinho, situada acima da cota do nível do depósito de Santa Luzia; duplicação da conduta que ia desde as torres ao depósito de Santa Luzia; substituição da 1.ª rede de distribuição e alargamento da rede geral de distribuição. A CMF tinha ainda a seu cargo a comparticipação nas despesas com a perfuração do maciço dos Tornos, obra que estava a ser executada pela Comissão dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira, de que se esperavam novos mananciais de água potável. Numa primeira fase, dizia, a CMF pensava apropriar-se das águas particulares, de forma a construir uma rede única de distribuição de águas, garantindo uma reserva e melhor distribuição das mesmas. A 01-11-1953, o *Diário de Notícias* informava que o engenheiro Manuel Rafael Amaro da Costa fora proclamado cidadão honorário da cidade do Funchal face ao seu desempenho

«meritoso e integral na qualidade de Presidente da Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira, realizando aí uma obra notável de utilidade pública e larga projecção no futuro que esteve 9 anos desbravando as ásperas serras da Madeira trazendo as abundantes águas do Norte aí abandonadas, às regiões necessitadas e contribuir para um aproveitamento de valiosas fontes de energia eléctrica tão necessária ao bem-estar e ao progresso regional»⁶³.

A rede de esgotos estava ainda por acabar, faltando construir o colector principal e emissor, que tinha início na Praça do Infante e terminava próximo do Lazareto, um ponto da cota inferior a dois metros ao da baixa-mar. Havia que promover a ampliação da rede de saneamento básico, devido ao grande desenvolvimento habitacional da cidade, e proceder ao estudo da urbanização da zona oeste do Ribeiro Seco e elaboração do projecto de abastecimento de águas e saneamento básico.

⁶² *Diário de Notícias*, 16-09-1951, n.º 24710.

⁶³ *Diário de Notícias*, 01-11-1953, n.º 25458.

Em relação à urbanização e obras da cidade, propunha-se proceder à urbanização do quarteirão da Rua Aires de Ornelas, com ligação à Praça de Tenerife, a urbanização da região do antigo Caminho-de-Ferro, junto ao Pombal, e da zona compreendida entre o Lido e o cais velho da Ajuda. Propunha-se estudar o traçado da rua de saída através da zona oriental da cidade, resolvendo o problema do trânsito na Rua Conde de Carvalhal, a conclusão da Estrada do Monte, atravessando a Rua da Carne Azeda e da Torrinha, terminando no Pombal.

O problema da habitação estava em terceiro lugar na ordem do projecto de acção estabelecido. Tinha em vista o aumento dos bairros dos Viveiros e de S. Gonçalo e construção do novo bairro da Madalena (Santo António) e de habitações para funcionários públicos.

Outra obra gigantesca a que a Câmara pretendia pôr ombros era o desvio, entulhamento e pavimentação das Ribeiras de S. João, Santa Luzia e de João Gomes, sob o plano de Amaro da Costa, que segundo ele vinha superar as dificuldades da primitiva ideia de simplesmente cobrir as ribeiras⁶⁴. O projecto assentava no desvio da Ribeira de Santa Luzia para a de S. João e destas duas para oeste da Pontinha, e a Ribeira de João Gomes para o Toco. Além de outras soluções, contribuiria para solucionar o problema do trânsito na cidade pela obtenção de três vias de comunicação ligadas pela Avenida do Mar.

Neste plano geral de obras da CMF, denominado «Plano do 25.º aniversário da Revolução Nacional», estava prevista ainda a construção de um posto clínico central, de um novo quartel dos bombeiros, do mercado da zona ocidental, obra há muito planeada, e o arranjo do Parque de Santa Catarina.

No campo cultural, propunha-se construir uma biblioteca devidamente provida, beneficiando do privilégio de depósito legal, e um museu de ciências naturais, bem apetrechado, de que o aquário seria um complemento vivo. Impunha-se a reconstrução do edifício da biblioteca, dotando-o de um auditório para conferências, para o que pensava mudar o museu para outro local, ficando junto do aquário e ambos integrados no Parque de Santa Catarina.

Neste plano cabia ainda a construção do Palácio da Justiça, o prolongamento da Avenida do Mar até ao Arsenal e da Avenida de Zarco.

Para a consecução deste plano, a CMF contava com a taxa de saneamento, criação de novos impostos indirectos, actualização das multas municipais e lançamento de um imposto de 5\$00 sobre o álcool simples e uma mais eficiente fiscalização,

⁶⁴ *Diário de Notícias*, 01-11-1953, n.º 25458.

com vista a conseguir receitas que lhe permitissem caucionar um empréstimo da ordem dos 40 000 contos, esperando uma quantia idêntica da parte do Estado.

Inaugurou-se a 21-12-1951 a ponte do Mercado, de ligação entre a Rua Dr. Fernão de Ornelas e o Mercado dos Lavradores, começada na gestão anterior.

A 31-01-1952 deliberou-se estudar a possibilidade de ampliação dos bairros económicos existentes, estudar o desvio e entulhamento das três ribeiras da cidade, convidando o engenheiro Abel Vieira para elaborar o projecto e estudo económico, pensando conseguir crédito na Caixa Geral de Depósitos para a realização destas obras, e ainda a ligação do beco dos Arrifes ao do Paiol.

Abriu-se concurso para o arranjo da concordância da Avenida do Infante com a Ponte Monumental⁶⁵, procedeu-se ao alargamento da Avenida do Infante até à Ponte do Ribeiro Seco, e à continuação da estrada Funchal – S. Roque⁶⁶, decidiu-se alargar a ponte do Bettencourt e prolongar a rede de saneamento básico à freguesia do Monte⁶⁷.

Mandou-se construir marcos fontanários em várias freguesias da cidade, com incidência especial para S. Martinho, onde era notória a escassez de água potável para as famílias e nas zonas escolares; alargar a vereda, construindo a Rua do Poço Barral e a Estrada Nacional n.º 25 e 26, entre o Cemitério das Angústias e o Caminho da Lombada, de São Martinho; construir a rua de ligação entre a Levada dos Barreiros e o Caminho Velho da Ajuda; procedeu-se ao calcetamento de várias ruas e largos da cidade, pelo sistema de paralelepípedos⁶⁸. A 03-11-1952 decidiu-se estudar a construção de uma nova artéria de ligação ao Estádio dos Barreiros.

Uma obra importante, considerada então uma das obras mais arrojadas a construir pela CMF, foi a denominada Avenida Salazar. Na sessão de 12-02-1953, foi decidido aprovar o ante-projecto da nova rua de ligação entre o Larginho de S. João e o Chão da Loba. Foi decidido chamar à nova artéria «Avenida Salazar» e solicitar participação do Estado para a respectiva execução. O objectivo da abertura desta estrada era descongestionar a Rua do Conde Carvalhal, que já não comportava o intenso trânsito de peões e veículos, não só daquela zona da cidade como de toda a zona leste e também muito das freguesias suburbanas. A nova artéria viria resolver definitivamente o problema e simultaneamente fazer surgir uma nova estrada de turismo, que incluía a maior recta da cidade; além disto, daria lugar à construção de

⁶⁵ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 14-02-1952, lv.º 49, fls. 93-104.

⁶⁶ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 13-03-1952, lv.º 49, fls. 125-132.

⁶⁷ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 07-08-1952, lv.º 50, fls. 23-31.

⁶⁸ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 04-09-1952, lv.º 50, fls. 49-57.

moradias, servindo em especial a classe média. O presidente da Câmara justificava a atribuição do nome do presidente do Concelho a esta avenida como uma «justíssima homenagem ao Homem eminente que tem engrandecido a Nação», e pagava, igualmente, uma dívida de gratidão a Salazar,

«pois foi com o advento do Estado Novo e com o interesse tutelar do Sr. Presidente do Conselho que a Madeira pôde, e dum modo particular a Cidade, avançar extraordinariamente nas suas realizações, graças a uma política objectiva, conscienciosa e audaz. Fica bem, patrioticamente bem, o nome do Sr. Dr. Oliveira Salazar nesta obra que se deve considerar grandiosa»⁶⁹.

A maquete desta obra esteve durante algum tempo no átrio dos Paços do Concelho. Na sua visita à Madeira a 28-04-1953, o ministro das Obras Públicas esteve aí a apreciar cuidadosamente o projecto⁷⁰.

No que respeita ainda à urbanização da cidade, a CMF tomou a deliberação de disciplinar o trânsito de transportes públicos e particulares nas ruas do Funchal, publicando posturas, disciplinando as referidas paragens e colocando-as em local certo. Impôs a colocação de taxímetros em todos os táxis da cidade, considerados de turismo. Tomou também deliberações no sentido de defender o valor urbanístico:

«Considerando a necessidade de defender as propriedades, dotadas de algum valor urbanístico, de alterações que conduzam a maioria das vezes à transformação dessas propriedades em autênticas ilhas de casas económicas com todos os seus inconvenientes de ordem estética e manifesto prejuízo da salubridade geral, concorrendo ainda para a desvalorização das zonas residenciais circunvizinhas; considerando a necessidade que também se vem verificando de imprimir-se orientação e disciplina ao desenvolvimento expansivo da Cidade, subordinando-o aos princípios gerais de urbanização previamente estabelecidos; considerando ainda a necessidade de procurar fomentar-se a construção de prédios de valor arquitectónico, estimulando a iniciativa particular à consecução desse fim, delibera a Câmara: 1.º Proibir na zona A da área da Cidade definida e aprovada em sessão de 13-03-52, o aproveitamento, para construções, de pátios, terraços, jardins e quintais, recintos esses normalmente considerados logradouros das habitações; 2.º Proibir em qualquer das zonas da cidade a divisão de moradias e prédios tendentes à sua transformação em bairros económicos com prejuízos das suas condições de habitabilidade e demais requisitos preceituados no Decreto n.º 38.382 de 7-8-1951; 3.º Permitir nas zonas B e O, em casos excepcionais, o aproveitamento dos logradouros referidos no n.º 1, para fins de construção, quando se verificarem condições excepcionais de amplidão e acesso, sendo cada caso objecto de estudo por parte da Repartição de Obras e os pedidos devidamente fundamentados; 4.º A retalhação dos terrenos destinados a novas construções só pode fazer-se mediante estudo urbanístico da Repartição de Obras, devendo, igualmente,

⁶⁹ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 12-02-1953, lv.º 50, fls. 237-246.

⁷⁰ *Diário de Notícias*, 28-04-1953, n.º 25276.

para cada caso, ser apresentado pelos proprietários dos terrenos um plano geral do qual conste: – traçado dos arruamentos, implantação dos prédios, tipo ou tipos de construção, e redes de esgoto e de abastecimento de água e luz; 5.º Instituir prémios anuais destinados a premiar edifícios que por características das suas fachadas resultem de interesse artístico; 6.º Nomear uma comissão constituída pelos Sr. Dr. João Óscar Ribeiro Pereira, que servirá de presidente, vereador Sr. Alfredo Higino Camacho e Sr. Engenheiro Director da Repartição de Obras, encarregada de elaborar o regulamento da concessão dos prémios a instituir»⁷¹.

Convidou-se o arquitecto Miguel Jacobetty a vir à Madeira proceder aos estudos necessários para elaboração definitiva do projecto do Parque de Santa Catarina, visto como uma necessidade imperiosa, dada a importância turística do Funchal e a categoria de 3.ª cidade do país⁷². Instituíram-se três prémios pecuniários destinados a premiar as montras dos estabelecimentos, que se apresentassem durante o período das Festas da Cidade, mais artística e vistosamente ornamentadas⁷³. Encarregou-se o pintor Guilherme Duarte Camarinha de pintar um painel em cerâmica para a capela a construir no cemitério das Angústias, em S. Martinho⁷⁴. E a 16-07-1953 decidiu-se encerrar o cemitério de S. Roque, a partir do dia 1 de Agosto desse ano.

Em relação à toponímia do Funchal, poucas foram as alterações efectuadas por esta comissão camarária. A 08-01-1953, a CMF deliberou designar de Travessa de S. João de Deus a travessa que ligava a Rua de S. João de Deus com a rampa do Forte do Pico. Integrado nas comemorações do 28 de Maio, foram inauguradas, em 1953, a Rua Cónego Jerónimo Dias Leite e a Estrada Dr. João Abel de Freitas.

A 24-01-1952, a CMF deliberou mandar estudar o aproveitamento das águas da Quinta Holloway, há pouco tempo adquiridas pelo município tendo em vista as necessidades do Matadouro Municipal e do regadio do Jardim do Campo da Barca, bem como as exigências do serviço de incêndios, entre outros. A 31 do mesmo mês, decidiu mandar actualizar a rede de esgotos, construída em 1938, e colocar três ou quatro estações elevatórias. A 27-03-1952, convidou o engenheiro Alexandre Ferreira Chaves a elaborar o projecto e estudo económico da rede de distribuição de água potável à cidade e o engenheiro Adelino Paz Clemente a elaborar o projecto e estudo económico da rede de esgotos.

⁷¹ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 13-03-1952, lv.º 49, fls. 125-132.

⁷² ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 29-10-1953, lv.º 51, fls. 199-205.

⁷³ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 18-12-1952, lv.º 50, fls. 141-147.

⁷⁴ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 31-01-1952, lv.º 49, fls. 84-92.

Em relação à educação e cultura, a CMF decidiu colaborar com o Governo na campanha de alfabetização nacional, responsabilizando-se pelos encargos resultantes do funcionamento dos cursos para adultos nos edifícios das escolas a seu cargo⁷⁵.

A 09-11-1952, a CMF decidiu prestar uma homenagem a Manuel dos Passos Freitas, a quem a Madeira ficou devendo uma acção notável em prol do seu desenvolvimento cultural. Foi ele o organizador do Orfeão Madeirense e do grupo Manuel dos Passos Freitas, depois Sexteto Manuel dos Passos Freitas. Esta homenagem póstuma ao musicólogo consistiu na colocação duma placa no átrio do Teatro Municipal. A 24-03-1953, promoveu uma récita de homenagem ao falecido musicólogo, através de músicos por ele dirigidos, os quais reconstituíram o Orfeão Madeirense, para se associarem à homenagem. Na reunião de 19-12-1952, foi resolvido subsidiar a criação, no Funchal, duma Orquestra Sinfónica e ainda a criação dum curso de dança clássica na Academia de Música da Madeira. A 01-11-1953, por proposta do Instituto Cultural da Madeira, prestou uma homenagem póstuma ao escritor e contista madeirense tenente coronel Alberto Artur Sarmiento, homem de letras, naturalista e historiador, autor de uma vasta obra sobre a Madeira, colocando uma lápide comemorativa na casa da Rua da Carreira onde viveu longos anos e onde faleceu.

A 28-02-1952, deliberou convidar o arquitecto Raul Lino a deslocar-se à Madeira a fim de estudar a adaptação do Palácio de S. Pedro a biblioteca, com sala para conferências, e transferir o Museu Municipal para outro local.

A construção do Aquário fora uma das aspirações dos responsáveis pela CMF desde o tempo de Fernão de Ornelas, que chegou a tomar algumas iniciativas nesse sentido. O *Diário de Notícias* publicou uma carta do cidadão Adão Nunes, que chegou a procurar, juntamente com Fernão de Ornelas, um local adequado para o efeito⁷⁶, sugerindo a sua construção no rés-do-chão do Palácio de S. Pedro. Não foi possível a realização desta obra durante a presidência de Fernão de Ornelas, essencialmente por falta de meios económicos, embora houvesse um cidadão inglês que se comprometera a oferecer o terreno, na zona do Lido, para a sua construção.

Essa realização foi, no entanto, possível na presidência de João Valente, novamente com a ajuda de um cidadão americano com negócios na Madeira. Na sessão de 10-08-1951, foi presente um ofício de Charles Rolland, natural de Nova Iorque, acidentalmente a viver na Madeira, no Reid's Hotel, proprietário da firma Imperial Linens Inc, que se dedicava à indústria do bordado da Madeira, com sede

⁷⁵ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 26-03-1953, lv.º 51, fls. 5-13.

⁷⁶ *Diário de Notícias*, 15-06-1948, n.º 22578.

no Funchal. Amigo íntimo do então conservador do Museu Municipal do Funchal, Gunther Maul, mas sobretudo um grande admirador da Ilha e da sua gente, tencionava oferecer à cidade qualquer coisa que ficasse a perpetuar os seus sentimentos para com a terra que bem o acolheu. Fez, então, uma proposta à Câmara Municipal sobre os moldes em que poderiam começar os trabalhos. A Câmara cedeu a loja do Palácio de S. Pedro, sem utilização aparente, para a sua instalação; o conservador do Museu ficou encarregue de planear e dirigir as obras; a firma Imperial Linens, Inc. contribuiu com o material (tanques, compressores, tubagens, etc.) para as primeiras unidades do Aquário, assim como a sua instalação, até à quantia de 30 000\$00, durante o primeiro ano; comprometeu-se ainda, em caso dos negócios continuarem prósperos, a participar nos anos seguintes com a mesma quantia em material e mão-de-obra e a solicitar a contribuição dos seus compatriotas aqui residentes para o novo Aquário.

A CMF aceitou a oferta e resolveu incluir uma verba no seu orçamento de forma a poder iniciar os trabalhos de instalação dos primeiros tanques. A 29-12-1953, o *Diário de Notícias* anunciava que o Aquário Municipal, instalado numa das dependências do rés-do-chão do Palácio de S. Pedro, estava à disposição dos visitantes⁷⁷.

Na reunião de 17-04-1952, a CMF deliberou retomar a procissão do Voto, no 1 de Maio, com a anterior solenidade e brilhantismo, constituindo uma comissão para tal, presidida pelo vice-presidente da Câmara, e que incluía ainda o cónego Manuel Francisco Camacho, o presidente da Comissão Distrital da União Nacional, o delegado do Instituto Nacional de Trabalho e Previdência, o presidente da Associação Comercial do Funchal e os vereadores João Óscar Ribeiro Pereira e Alfredo Higino Camacho. A comissão decidiu propor ao Governo que autorizasse a definição desse dia como o dia da cidade e considerasse, por isso mesmo, feriado municipal, já que essa data,

«contrariamente ao que se poderia pensar, não tinha na Madeira qualquer significado de luta de classes ou de reivindicações sociais, apenas significa, tão somente, um acto piedoso de acção de graças ao Padroeiro da Cidade, Apóstolo São Tiago Menor, por a ter libertado da peste que durante 17 anos dizimou a sua população. Esse acto votivo ocorreu no 1.º de Maio de 1538 e essa data foi comemorada, através dos séculos, em tradicional profissão de fé que o Município do Funchal levava a efeito desde a igreja consagrada ao padroeiro até à Sé do Funchal»⁷⁸.

Dois anos depois, a 21-01-1954, foi publicado no *Diário do Governo* o decreto que instituía o dia primeiro de Maio feriado municipal, no Funchal.

⁷⁷ *Diário de Notícias*, 29-12-1953, n.º 25511.

⁷⁸ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 17-04-1952, lv.º 49, fls. 157-169.

A 17-11-1953, por ofício do governador civil, o capitão Paiva Brites ocupou o lugar de vice-presidente da CMF por ter vagado o lugar, com a saída de Homem de Gouveia. A 21-01-1954, surpreendentemente, João Gonçalves Valente apresentou a demissão do cargo de presidente da CMF, alegando não conseguir conciliar as suas funções administrativas com as obrigações profissionais.

2.4. António Bettencourt Sardinha (1954-1965)

Na sequência do pedido de demissão de João Valente, o governador civil, comandante João Inocêncio Camacho de Freitas (1899-1969), nomeou António Bettencourt Sardinha⁷⁹, até esse momento administrador do Banco da Madeira, para o substituir. A posse teve lugar no salão nobre dos Paços do Concelho, no dia 25-01-1954. António Sardinha já pertencera à equipa camarária dirigida por Fernão de Ornelas e, aquando do pedido de demissão deste, foi o único membro da vereação a pedir também a sua demissão, por solidariedade. A 20-12-1954, foi nomeado vice-presidente João Óscar Ribeiro Pereira. Por sua morte, ocorrida a 12-08-1959, foi nomeado Emanuel Paulo Ramos, professor do Liceu do Funchal, para o seu lugar, tendo tomado posse no dia 12 de Novembro desse ano⁸⁰.

⁷⁹ António Bettencourt Sardinha nasceu na rua da Carreira, freguesia de S. Pedro, no Funchal, a 03-01-1902, filho de Leonardo Bettencourt Sardinha e de Virgínia Rodrigues Sardinha. Foi gerente comercial e administrador do Banco da Madeira, entre os anos de 1940 e 1969. Foi vereador da CACMF no tempo de Fernão de Ornelas e vogal do concelho municipal entre os anos de 1952 e 1954. Em Janeiro deste último ano foi nomeado presidente da CACMF, cargo que desempenhou até o mês de Agosto de 1965. Nesta qualidade foi o representante dos municípios madeirenses à Câmara Corporativa (CLODE, s.d., *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses, Sécs. XIX e XX*, pp. 429-430).

⁸⁰ Eleição dos vereadores para o triénio de 1955-1958: vereadores substitutos – António Bruno Afonso, Alberto Figueira Gomes, Mário Sardinha, Rui Dias do Nascimento, José Tolentino da Costa, César de Abreu e José Manuel Perestrelo Vieira de Deus Figueira; vereadores efectivos – Avelino Xavier Cabral, Álvaro Remígio de Sousa, João Marcos Caldeira, Rui Lima Gonçalves, Jaime Afonseca Teixeira e Baeta Camacho (cfr. *Diário de Notícias*, 26-11-1954, n.º 25828). Eleição de vogais da CMF para o quadriénio de 1964-1967, realizada a 02-12-1963, ficando assim definido: efectivos – Adolfo de Sousa Brasão, Alberto Figueira Gomes, António Bruno Afonso, Fernando José Martins de Almeida Couto, Gonçalo Nuno de Matos Noronha da Câmara e João Henriques de Araújo; substitutos – Américo Humberto Mateus da Silva, António Fernandes Jardim, Francisco António Fernandes Jardim, Francisco António Costa, Jorge da Veiga França, Mário Correia Sardinha e Rui Oliveira Dias do Nascimento (*Diário de Notícias*, 03-12-1963, n.º 28976). A distribuição de pelouros foi feita na reunião de 02-01-1964, ficando assim distribuídos: Secretaria, Tesouraria e Limpeza, Presidência; Mercado e Matadouro, Alberto Figueira Gomes; Serviços de Saúde, Cemitérios e Piscinas, Adolfo de Sousa Brasão; Teatro, João Henriques de Araújo; Incêndios, Parques e Jardins, António Bruno Afonso; Obras Municipais, engenheiro Gonçalo Nuno de Matos Noronha da Câmara; Bibliotecas e Museus, Fernando Almeida Couto. Por motivos dos seus afazeres profissionais deixaram, a seu pedido, de fazer parte da vereação camarária os vereadores Avelino Cabral e Álvaro Remígio de Sousa, que fizeram parte da última vereação municipal. Para os seus lugares foram eleitos Fernando Almeida Couto e Adolfo de Sousa Brasão. Como substitutos da vereação foram eleitos os Srs. Jorge da Veiga França, Rui Oliveira Dias do Nascimento e António Fernandes Jardim.

António Sardinha foi, durante o seu mandato, o representante dos municípios madeirenses na Câmara Corporativa, com excepção para o ano de 1960, em que essa representação coube ao presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Santa Cruz, João Militão Rodrigues⁸¹.

Uma das grandes preocupações de António Sardinha, ao iniciar o seu mandato, foi a escassez das receitas camarárias, que, contrastando com as necessidades cidadinas e as soluções que procurava dar, dificultava a sua acção.

Aprovado o Plano de Urbanização da cidade, no Conselho Municipal de 13-09-1956, apresentado pelos arquitectos Faria da Costa e Jorge Carvalho de Mesquita, a Câmara deliberou a criação do quadro da Planta da Cidade. O plano visava «garantir à cidade um conveniente apetrechamento urbano, considerando as suas necessidades presentes e as que possam verificar-se no futuro; estabelecer uma eficiente rede de circulação e comunicações; defender o aspecto panorâmico do grandioso anfiteatro do Funchal»⁸².

A 25-08-1955 a CMF deliberou estabelecer novos limites da cidade a incluir na Planta da Cidade, perante o crescimento da população: a Oeste – Ribeiro de S. Martinho, Ponte da Praia Formosa, Papagaio Verde, Pico do Funcho, Caminho do Poço Barral, Caminho de Santa Quitéria, Prece e Chamorra; Norte – Caminho do Jamboto, Quinta das Freiras, Estrada de Circunvalação, Fundoa, Pico da Rosa, Corujeiras de Dentro e de Fora, Fonte, Caminho das Fontinhas e Babosas; Este – Caminho da Lombada (Monte), Lombo, Bom Sucesso, Caminho da Casa Velha, Vereda da Lindinha, Caminho do Palheiro, Canto do Muro, Bica de Pau, Estrada Nova da Camacha e Neves (S. Gonçalo); Sul – Oceano Atlântico.

O embelezamento da cidade foi também uma preocupação desta Câmara, na continuidade das vereações anteriores. Assim, deliberou proceder à construção da 1.ª fase da zona desportiva do parque da cidade (Parque de Santa Catarina), compreendendo a construção de campos de ténis, ringue de patinagem, vedações, bancadas, campo de voleibol, piscinas, arruamentos circundantes e serviços de apoio, nomeadamente, restaurante, café e recinto para orquestra⁸³. As obras iniciaram-se por administração directa da Câmara no fim do ano de 1958; no entanto, grande parte delas não ficou concluída nesta vereação.

⁸¹ Além do presidente da CACMF como representante dos municípios madeirenses, foram também representantes madeirenses à Câmara Corporativa Agostinho Cardoso e Agostinho Pereira de Gouveia.

⁸² ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 17-12-1959, lv.º 61, fls. 145-153.

⁸³ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 11-08-1955, lv.º 54, fls. 62-68.

Em matéria de jardins, a CMF decidiu construir dois nas freguesias suburbanas: um em S. Roque, em frente ao adro da Igreja, decidindo, para o efeito, alargar a rua a sul do adro⁸⁴; e outro em S. Gonçalo, em redor da Igreja, implicando o alargamento da rua do lado norte⁸⁵.

A 30-12-1959, a CMF decidiu encetar diligências no sentido de encontrar interesse dos privados para a construção de um cinema na Praça do Infante, conforme o projecto elaborado pelo arquitecto Raul Chorão Ramalho. A 08-07-1965, foi apresentada apenas uma proposta para compra dos terrenos na Praça do Infante, reservados para a construção do cinema e edificações anexas, terrenos que a Câmara resolveu alienar com a área de 3959 m². A proposta, de 2 000 000\$00, pertencente a Américo Fernandes de Brito, foi considerada insuficiente. Na reunião de 28 de Outubro desse mesmo ano, já dirigida por Fernando Couto, foi aceite a proposta considerada mais aliciante, no valor de 3 530 000\$00.

Em relação à urbanização da cidade, a CMF, a 14-08-1958, decidiu não permitir a construção de edifícios no Campo D. Carlos, devido ao facto desse espaço funcionar como logradouro público de uma das zonas mais densamente povoadas da cidade. Para além disto, este campo tinha também uma longa tradição de formação de futebolistas que já haviam dado à Madeira a Taça de Portugal e ao país numerosos jogadores. Ali também se realizavam as feiras de S. Silvestre e outras diversões públicas.

Uma das suas primeiras medidas visou o desenvolvimento do ensino, em especial do ensino básico, continuando a obra das vereações anteriores, construindo novas escolas, nomeadamente nas freguesias de S. Roque, S. Martinho e S. Pedro, alugando edifícios para a sua instalação, contribuindo com mobiliário e material escolar, contratando professores e aderindo às campanhas lançadas pelo Governo Nacional de luta contra o analfabetismo. A 28-05-1956, inaugurou-se a Escola Masculina do Livramento.

Deu-se também incremento à leitura e investigação, através do melhoramento da Biblioteca Municipal e da aquisição de várias obras. Em 1959, fez-se uma 2.^a edição da obra *As Ilhas de Zargo*, da autoria do Padre Eduardo Pereira, dotou-se o Arquivo Distrital do Funchal de um aparelho leitor de microfilmes e começou-se a publicação do boletim *Arquivo Histórico da Madeira*, com periodicidade anual, que passou a ser dirigido por José Pereira da Costa. Em 1961, colocou-se à disposição do público, para leitura domiciliária, as várias colecções da biblioteca que existissem

⁸⁴ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 07-06-1956, lv.º 55, fls. 180-190.

⁸⁵ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 15-06-1950, lv.º 47, fls. 44-51.

em duplicado⁸⁶. Em 1963, decidiu-se instalar uma nova biblioteca, com livros cedidos pela Fundação Calouste Gulbenkian, inaugurada a 10-07-1964, com a presença de Branquinho da Fonseca, um dos administradores da referida fundação, e prestou-se apoio ao lançamento da primeira biblioteca itinerante, na Madeira, também da responsabilidade da mesma fundação. Promoveram-se ainda concursos literários, exposições de pintura, realizadas em vários sítios do Funchal, e a exibição de filmes, no objectivo de luta contra o analfabetismo.

Por iniciativa da CMF, realizou-se no Funchal, no Ginásio do Liceu, o I Curso de Férias, orientado por professores da Universidade de Lisboa, que se deslocaram propositadamente ao Funchal para o efeito, com prelecções sobre História dos Descobrimentos, Filosofia, História da Arte e da Cultura e História da Madeira.

A CMF também promoveu uma série de concertos populares gratuitos, com a colaboração da Academia de Música da Madeira, à semelhança do que vinha acontecendo em Lisboa, Porto e Coimbra. O primeiro concerto teve lugar no dia 19-06-1956 e passou a realizar-se anualmente. Em 1959, data da inauguração do novo Auditório do Jardim Municipal, a Orquestra de Concerto da Emissora Nacional foi convidada para a realização de uma série de concertos, dirigidos pelo maestro Frederico de Freitas, e integrados nos Festivais de Música da Madeira, designação por que se passou a chamar a realização desses concertos. Em 1960, o II Festival de Música da Madeira realizou-se no British Country Club, actual Quinta Magnólia, sob a direcção do maestro Pedro de Freitas Branco. No Teatro Municipal foram, então, colocadas lápides alusivas a estes acontecimentos e em homenagem aos referidos maestros. Nos dias 26 e 27-08-1959, a CMF promoveu saraus artísticos, no Teatro Municipal, com o grupo artístico do Real Clube Náutico de Gran Canaria, que obtiveram grande êxito.

Em Julho de 1961, a CMF convidou vários artistas continentais e internacionais, entre eles, Badaró, Maria de Fátima, Guilherme Kjohnes, Lili Grisbi e Maria Candal, para realização de espectáculos populares. Em Outubro de 1963, a Companhia de Ópera do Teatro da Trindade, integrada na Federação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), esteve na Madeira a convite da CMF, para a realização de diversos espectáculos no Teatro Municipal. Para comemorar o evento, a CMF decidiu descerrar uma lápide no teatro em homenagem à companhia. Nesta mesma data, promoveu a realização de uma festa de homenagem a Max (Maximiliano de Sousa), no recinto da Feira do Marítimo; na ocasião, foi oferecido ao homenageado um relógio em ouro

⁸⁶ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 09-11-1961, lv.º 64, fls. 249-250 e lv.º 65, fls. 1-9.

com a legenda: «Homenagem da CMF a Maximiliano de Sousa «Max» – 30-9-1963». A esta homenagem associaram-se vários artistas, entre eles Rui de Mascarenhas, Mary Melita, as bailarinas espanholas Mercedes del Castillo e Cármen Victória, e os madeirenses Ana Maria e Cecília Maria, Tony Amaral Júnior, conjunto de João Paulo, com Sérgio Borges e António Ascensão, os Vampiros, com Edna Moura e os Incríveis, com Luís Guerra, o conjunto de Fernando Potier, com João Victor Costa e Valério Silva.

Neste âmbito, há ainda a salientar a homenagem da CMF a Adolfo César de Noronha e João dos Reis Gomes. A 09-09-1964 teve lugar, no átrio da entrada do Museu Municipal, o descerramento de um busto de Adolfo César de Noronha, naturalista e primeiro director do Museu, trabalho da autoria do escultor madeirense Anjos Teixeira. A Delegação na Madeira da Sociedade Histórica da Independência de Portugal havia tomado a iniciativa de levantar um busto ao major João dos Reis Gomes, como homenagem às suas qualidades e méritos literários. A CMF, ao ter conhecimento deste facto, perfilhou a iniciativa, responsabilizando-se pela obra de escultura e fundição do busto, tendo escolhido uma das principais alamedas do Jardim Municipal para a sua colocação. O escultor encarregado da obra foi Barata Feyo. A inauguração teve lugar no dia 29-04-1956.

Em relação ao Aquário, no Conselho Municipal de 05-02-1958, o presidente da Câmara informou os conselheiros que já se encontravam prontas as obras de instalação do Aquário Municipal, no qual se encontravam representadas cerca de 60 espécies diferentes; esta comissão completou as obras iniciadas pela comissão anterior, construindo 13 novos tanques para exposição de animais marinhos, uma cisterna para água salgada, com cerca de cem mil litros de capacidade, e um tanque de pressão, com uma capacidade de cerca de cinco mil litros. O sistema de construção adoptado foi o proposto por J. Garnaud, no *Boletim de l'Institut Oceanographique*, n.º 1011, de Abril de 1952. Também se completaram as decorações interiores dos tanques de exposição. A inauguração oficial ocorreu a 23-04-1958.

No que se refere à toponímia, a CMF deliberou dar a designação de Rua Coronel Sarmiento à rua que liga a Rua do Jasmineiro ao Beco de Paulo Dias⁸⁷ e ao largo em frente ao Liceu Nacional do Funchal de Jaime Moniz, o nome deste pedagogo madeirense, ministro e professor do Curso Superior de Letras⁸⁸. Por proposta de 12 de Abril desse ano, a CMF decidiu também encarregar o escultor madeirense Anjos Teixeira da execução de uma estátua daquele ilustre madeirense, a erguer sobre um pedestal que seria construído no centro do referido largo. Na construção desta

⁸⁷ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 08-08-1957, lv.º 57, fls. 193-201.

⁸⁸ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 27-04-1961, lv.º 64, fls. 10-18.

estátua colaboraram com o escultor referido os alunos de Escultura, da Escola de Belas Artes da Madeira, Ana Manuela, Alice Maria e José Manuel Pimenta. A estátua foi colocada no pedestal de 1,20 metros, a 13 de Janeiro e inaugurada no dia 18 do mesmo mês, do ano de 1962, data do seu aniversário natalício. Na ocasião, foi prestada uma homenagem a todo o professorado madeirense. A CMF decidiu ainda dar à rua ao norte do Palácio da Justiça o nome de Rua da Índia Portuguesa, em sinal de solidariedade para com o povo desse território, invadido pela União Indiana⁸⁹; o nome de Rua Alferes Fernandes Abreu, primeiro madeirense morto na Guerra Colonial, ao arruamento compreendido entre as ruas dos Saltos e D. João, sendo afixados na referida rua os seguintes dizeres: «Alferes Francisco João Fernandes, morto em combate, em Angola, no dia 25 de Abril de 1962»⁹⁰. Em Outubro de 1964, a CMF decidiu atribuir o nome do historiador madeirense Padre Juvenal Pita Ferreira ao largo junto à Igreja de S. Gonçalo.

Em relação ao serviço municipal de saúde e assistência, a CMF decidiu integrar o serviço de assistência materno-infantil num plano geral, onde incluía a transferência dos serviços do Dispensário para o Instituto Materno-Infantil, dependente do Ministério da Saúde. A CMF contribuía com um donativo e assegurava a conservação do edifício. Decidiu, também, que no dia 8 de Dezembro de cada ano, dia das mães, colocaria à disposição de uma família pobre do concelho um donativo de 1000\$00, que «tanto pelo grande número de filhos como pela sua conduta moral exemplar, se tornasse inteiramente merecedora de receber o referido auxílio»⁹¹; atribuiu um subsídio de igual valor a cada casa construída pelo Património dos Pobres (Obra do Padre Américo)⁹²; instituiu a distribuição de lembranças de Natal a cerca de 200 crianças das Escolas do Parque Infantil, do Bairro de Santa Maria Maior⁹³.

Em termos de obras públicas, uma das grandes obras executadas por esta comissão camarária foi sem dúvida o Palácio da Justiça, que já tinha sido planeado por Fernão de Ornelas. Para a sua construção, a comissão expropriou, por utilidade pública, os terrenos a norte da Rua Marquês do Funchal⁹⁴. O Ministério da Justiça tinha disponibilizado o respectivo subsídio e o projecto, da autoria do arquitecto Januário Godinho. Neste edifício funcionariam, além do Tribunal de Justiça, os serviços de

⁸⁹ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 03-04-1962, lv.º 65, fls. 219-230.

⁹⁰ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 09-08-1962, lv.º 66, fls. 123-133.

⁹¹ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 11-12-1955, lv.º 54, fls. 195-202.

⁹² ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 23-02-1956, lv.º 55, fls. 40-52.

⁹³ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 19-12-1963, lv.º 70, fls. 72-86.

⁹⁴ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 23-02-1956, lv.º 55, fls. 40-52.

Conservatórias do Registo Civil, Predial e Comercial, a Secretaria Notarial e outros serviços de apoio. Esta obra, começada nos finais de 1956, foi inaugurada em 1962.

A construção de casas económicas foi outra preocupação desta comissão camarária, que aproveitou a lei n.º 2092, de 09-04-1958, e celebrou com a Federação das Caixas de Previdência um contrato para a construção de casas de renda económica, no Funchal, possibilitando a construção de um novo bairro económico e mais 44 habitações.

Foi esta comissão que mandou elaborar o projecto e iniciou as obras de construção da rua de acesso ao Hospital Regional do Funchal, numa extensão de 680 metros, estabelecendo a ligação entre a Cruz de Carvalho e o cruzamento da Avenida do Infante com a Rua do Favila; procedeu ao estudo e elaboração do projecto dum arruamento de ligação entre a EN 105 e a ponte de Santo António, de forma a estabelecer acesso ao campo de Jogos do Clube Sport Marítimo, no sítio da Ribeira Grande, em Santo António.

Em relação ao abastecimento de água à cidade, o projecto foi aprovado e o caderno de encargos elaborado em 1958; as obras arrancaram com a contracção de um empréstimo de oito mil contos. A 4 de Dezembro desse ano, a Câmara decidiu estudar a possibilidade de criação dum serviço municipalizado. A distribuição de água ia da Estrada de Circunvalação, em Santo António, até à Ribeira de João Gomes. Os reservatórios de água foram colocados no sítio da Ajuda, no Pico de S. João, junto ao miradouro, no sítio do Avista-Navios e acima de S. Roque, abaixo do sítio da Alegria. Em 1962, a CMF alargou o abastecimento de água potável ao sítio da Terça, S. Roque, para o que procedeu à construção de um reservatório para o efeito. A 19-05-1960, foi inaugurado no sítio da Portada de Santo António, no Monte, um marco fontanário e dois anos depois, a 21-02-1962, um outro no sítio do Ribeiro Seco, S. Martinho.

Outra das preocupações desta CACMF foi instalar a rede de energia eléctrica em todo o concelho. Para isso solicitou à Comissão dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira a execução dos trabalhos relativos à instalação da rede de energia eléctrica nas novas estradas que a Câmara ia construindo. Em Maio de 1956, solicitou a esta Comissão que iluminasse o Pico dos Barcelos, ponto turístico importante e, em Setembro de 1962, pediu o mesmo para as estradas municipais de Santana (S. Roque) e Dr. João Abel de Freitas.

Em 1958, devido à impossibilidade de comemorar condignamente, e com a pompa merecida, o 450.º aniversário da elevação da vila do Funchal à categoria de cidade, a 21 de Agosto, a CMF decidiu adiar as celebrações para os dias 25 e 26 do mês de Outubro desse ano. Para este efeito foi elaborada uma série de actividades: iluminação de várias artérias da cidade e do Jardim D. Amélia e ainda a publicação

de uma monografia intitulada *Cidade do Funchal*, ilustrada com fotografias antigas da cidade. No dia 25 de Outubro, realizou-se um *Te Deum*, na Sé do Funchal, às 13 horas, presidido pelo Bispo do Funchal, D. David de Sousa. A sessão comemorativa realizou-se, nos Paços do Concelho, às 21,30 horas. Às 23,30 horas houve um espectáculo de queima de fogo de artifício, na Avenida do Mar. No dia 26, realizou-se um exercício dos Bombeiros Municipais, no edifício do antigo Paço Episcopal, e foi inaugurada uma exposição de fotografias antigas da cidade; à noite, pelas 23,30 horas, houve novamente queima de fogo de artifício, na Avenida do Mar. Nestes dois dias de festa, várias bandas de música animaram as ruas da cidade, no Jardim Municipal, nomeadamente as bandas Municipal e Distrital, e foram promovidas sessões de cinema gratuito para as crianças pobres, no Campo D. Carlos I.

António Bettencourt Sardinha teria de deixar o cargo de presidente da CACMF no início do ano de 1966, por imposição legal que não permitia o exercício dessas funções por período que excedesse os 12 anos. E embora esse prazo só terminasse no início do ano seguinte, quis António Sardinha antecipar o termo do exercício dessas funções, para que assim o seu sucessor pudesse orientar e elaborar o orçamento e o plano de actividades da Câmara para o ano económico seguinte.

2.5. Fernando de Almeida Couto (1965-1972)

Para o lugar de António Sardinha foi nomeado Fernando Couto⁹⁵. Esta nomeação criou fortes expectativas, junto dos funchalenses, não só porque este advogado fora um dos elementos mais destacados da anterior vereação, mas também porque era administrador de uma das maiores casas comerciais do Funchal, a agência de viagens e turismo João de Freitas Martins. O acto de posse ocorreu a 01-09-1965. Viria a ser eleito procurador à Câmara Corporativa, como representante dos municípios do Distrito, no dia 11 de Novembro desse ano, sendo reeleito nos anos seguintes. Quatro anos depois, por alvará do governador civil do Distrito, de 31-08-1969,

⁹⁵ Fernando José Martins de Almeida Couto, nasceu no dia 18-03-1924, na freguesia de Santa Luzia. Filho de Adelino D'Almeida Couto e de Maria Olga de Freitas Martins e Couto e casou com Helena do Carmo da Rocha Machado e Couto. Estudou no Colégio Lisbonense, no Funchal e no Instituto Nuno Álvares, onde fez os estudos secundários, matriculando-se depois na Faculdade de Direito, da Universidade de Lisboa, onde se licenciou. Exerceu advocacia no Funchal e dirigiu as empresas comerciais ligadas à família: agência de viagens João de Freitas Martins, sociedade de turismo Quinta do Sol e Vasconcelos e Couto, L.^{da}. Foi vogal da CACMF durante alguns anos e foi presidente da mesma CACMF entre os anos de 1965 e 1972. Foi representante consular da Grécia e da Holanda na Madeira. Presidiu à Comissão Instaladora do do Hospital Distrital (hoje Dr. Nélio Mendonça). Foi presidente da Assembleia Geral da Associação Comercial e Industrial do Funchal. Veio a falecer, no Funchal, a 25-10-2005 (CLODE, s.d., *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses, Sécs. XIX e XX*, pp. 142-143).

Fernando Couto foi reconduzido no cargo de presidente da Câmara, por mais quatro anos. Um mês depois, a 23-09-1969, Adriano Velosa Ferreira foi nomeado vice-presidente da CMF, cargo que vagava desde 1962⁹⁶.

No primeiro Conselho Municipal presidido por Fernando Couto, para aprovação do plano de obras e das bases do orçamento ordinário do município para o ano de 1966, realizado no dia 13-09-1965, informou os conselheiros que a orientação da Câmara seria igual à dos anos anteriores, já que os condicionalismos económicos se mantinham e a exiguidade das receitas da Câmara impunha restrições. Mostrou-se esperançado no aumento das participações do Estado para continuar e ampliar a obra já realizada:

«os trabalhos relacionados com o abastecimento de água à cidade do Funchal, rede de esgotos, alargamento e pavimentação de ruas, construção de escolas e abertura de novas vias [...]. No plano urbanístico, continuaremos a dar o nosso maior interesse e cuidado. Muito embora tenha sido criado o respectivo gabinete de urbanização e aprovado por V. Exas., a verdade é que ainda não mereceu sanção superior»⁹⁷.

Aproveitando a visita à Madeira do ministro da Obras Públicas, Arantes e Oliveira, a 25-09-1965, o presidente da CMF realizou uma reunião de trabalho na Câmara, reivindicando maior participação do Estado para obras públicas. Solicitou o estudo urbanístico de várias zonas da cidade, sensibilizou o ministro para a resolução de outros problemas como o parque da cidade, que estava num impasse há mais de dez anos, à espera da decisão do Governo quanto à construção da lagoa e do ajardinamento, o prolongamento da Rua 5 de Outubro até à ponte do Torreão, a estrada de ligação do Funchal a Santo António a partir do novo acesso ao Hospital Regional e ainda a saída leste da cidade. O ministro deu todo o apoio à criação do

⁹⁶ A 02-12-1967, foram eleitos os novos vereadores da CACMF para o quadriénio de 1968-1971. Os resultados foram os seguintes: efectivos – Adolfo Sousa Brasão, Alberto Figueira Gomes, António Bruno Afonso, António Fernandes Jardim, Gonçalo de Matos Noronha da Câmara e João Henriques de Araújo; substitutos – Américo Humberto Mateus da Silva, Francisco António da Costa, Jorge da Veiga França, Mário Correia Sardinha, Rui Dias do Nascimento e Óscar Saturnino Pereira (*Diário de Notícias*, 03-12-1967, n.º 30391).

No dia 02-12-1971, na reunião do Conselho Municipal, foi eleita a vereação que velaria pelos interesses da cidade do Funchal no quadriénio de 1971-1975, ficando assim definida: efectivos – Engenheiro Alberto David Soares Gonçalves dos Reis (Obras Públicas), António Ribeiro Marques da Silva (Bibliotecas e Museus), Diogo José Mendes de Freitas (Incêndios, Higiene e Cemitérios), Fernando José Vieira Pinto Correia (Teatro), Jorge José Figueira da Silva (Jardins, Parques e Matas), e Óscar Saturnino Pereira (Piscinas, Mercado e Matadouro); Secretaria, Tesouraria e Limpeza ficavam afectos ao presidente; substitutos – Elmano Ascensão Coito, Carlos Sérvulo de Freitas Oliveira Martins, Engenheiro João Carlos de Andrade Ferreira, João Encarnação Drumond Ferreira, Jorge Manuel Ferraz da Veiga França e Rui de Oliveira Dias do Nascimento (*Diário de Notícias*, 03-12-1971, n.º 31721). Nesta data foi também eleito para o Conselho Municipal António de Agrela Gomes Loja, futuro presidente da CACMF.

⁹⁷ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 09-09-1965, lv.º 74, fls. 188-197.

Gabinete de Urbanização e, fruto desta visita, vieram ao Funchal dois técnicos da Direcção-Geral: um arquitecto urbanista e um engenheiro dos Serviços de Hidrologia.

Fernando Couto procurou descongestionar o trânsito, abrindo novas estradas, como é o caso da estrada de ligação entre a Estrada Nacional 105 (Bom Sucesso) e o Campo da Barca; concluiu as estradas de acesso aos novos Quartel e Hospital; terminou o alargamento da Rua do Til; procedeu ao prolongamento da Rua 5 de Outubro; continuou as obras das novas Estradas Municipais entre o Campo da Barca e a Nacional n.º 102, do Arieiro à Vitória, pelo Papagaio Verde e Lombada (S. Martinho); melhorou e pavimentou diversos arruamentos; acordou com a Junta Geral do Distrito as bases da sua colaboração para o lançamento de tapetes betuminosos em algumas das artérias citadinas.

Em Agosto de 1967, apresentou aos dirigentes dos clubes de natação do concelho os projectos que a CMF tinha para a ampliação e melhoramentos dos seus recintos balneares do Lido e da Barreirinha, obras iniciadas em Setembro de 1969. Da autoria do arquitecto Rafael Botelho, o projecto incluía novos solários, aumento dos campos de jogos, piscina para crianças, restaurante, aumento da piscina para adultos, esplanada e cais para embarcações de recreio, além de balneários, vestiários e sanitários.

Em relação à construção da Avenida Salazar, conhecida também por saída leste da cidade, em 1968, a CMF recebeu da Direcção-Geral de Urbanização um ofício que veio atrasar as obras, inviabilizando a sua construção⁹⁸. Esta obra viria a ser construída já no período autonómico e, em vez de se chamar Avenida Salazar, veio a chamar-se Avenida de Santiago Menor. Foi finalmente inaugurada pelo presidente do

⁹⁸ «Assunto: «Construção da Avenida Salazar no Funchal». Em referência ao ofício n.º 4511, proc. 42-1, de 10 do corrente, (Janeiro de 1968) tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Excia. sobre a informação desta Direcção-Geral do seguinte teor: «A Sua Excelência o Ministro; julgo de aprovar, em princípio, em face das informações elaboradas pelo urbanista da Direcção de Urbanização Distrital e Repartição de Estudos de Urbanização, o novo traçado, sugerido à Exma. Câmara por ocasião da minha visita à cidade em Setembro de 1965, da futura Avenida Salazar, no Funchal, – que virá a constituir a saída leste da cidade. 21xXlx1967[sic]–a) A Macedo Santos». Sua Excelência o Ministro se dignou exarar o seguinte despacho: «Antes de aprovar parece-me indispensável que seja feito o estudo económico da repartição dos encargos entre as entidades interessadas na construção, Turismo, Município e Junta Geral do Distrito, pois em matéria rodoviária o problema tem pouca importância. Esta necessidade prévia resulta do valor elevado da estimativa, carecendo por isso de conhecer à priori as fontes de financiamento de uma obra desta envergadura, para que não vá cair-se na situação de a começar e não seja acabada. a) Machado Vaz, 23xXlx1967[sic]». Em face do exposto, fica esta Direcção-Geral aguardando o estudo económico do empreendimento, no qual parece aconselhável considerar as expropriações das faixas marginais em toda a extensão onde possa permitir-se ocupação urbana. Apresento a V. Excia. os meus cumprimentos. A bem a Nação, O Engenheiro Director-Geral, a) A. Machado Santos» (ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 08-02-1968, lv.º 80, fls. 109-116; parênteses nossos).

Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim, no dia 14-01-2009, esta avenida que, durante muitos anos, esperou a sua concretização, quase a lembrar as obras de Santa Engrácia. Em substituição da projectada Avenida Salazar, o ministro das Obras Públicas aprovou um projecto alternativo que ficou conhecido como a variante à Estrada Nacional 101. Com esta variante, a saída leste passaria a processar-se a partir da Praça de Tenerife, pelo novo arruamento ao longo da Ribeira de João Gomes, seguindo pelo Bom Sucesso, até acima da Igreja de Santa Isabel, onde se iniciava, para leste, a nova estrada que ia até à Cancela, ligando a Estrada Nacional, numa extensão de 3248,7 metros⁹⁹.

Esta vereação da Câmara continuou dedicando o maior interesse às obras relacionadas com o abastecimento de água à Cidade, que já vinha das vereações anteriores, de modo a aproveitar devidamente todas as vantagens do facto de estarem, nessa altura, em vias de acabamento os trabalhos de captação no Túnel dos Tornos e já se encontrar lançada tubagem de adopção e construção dos reservatórios no Alto da Pena e na Ajuda. Na reunião atrás referida com o ministro das Obras Públicas, este sugeriu a ligação da água dos Tornos à conduta de adopção existente, diligenciando para que Ferreira Chaves fornecesse o estudo da adutora a lançar entre o Túnel dos Tornos e a zona oriental da cidade e construção de um reservatório no Caminho do Palheiro, com vista à estabilização da rede da zona Oriental da Cidade e renovação da rede existente considerada insuficiente e desactualizada. Como complemento, a 17-01-1966, a CMF contratou o engenheiro Manuel de Sousa para estudar e dirigir os serviços municipais de águas e saneamento básico, actualizar estudos e projectos já existentes, realizar e fiscalizar as obras.

Em relação à unidade transformadora de lixos, o presidente requereu o pedido de declaração de utilidade pública urgente, para expropriação dos terrenos onde se viria a instalar esses serviços. A 14-03-1970, aproveitando a vinda à Madeira do ministro das Obras Públicas, Rui Sanches, o presidente da Câmara acentuou a urgência da construção de uma unidade transformadora de lixos, a que o ministro prometeu todo o apoio.

Esta comissão camarária prosseguiu os trabalhos de embelezamento da cidade, dando ênfase às obras do Parque da Cidade que aguardavam indicações superiores quanto à implantação do lago previsto no projecto. Esta situação e a incerteza da localização do novo Casino de jogos levaram à suspensão das obras do Parque de Santa Catarina por longos anos. Em 1971, foi apresentado à CMF o ante-projecto do

⁹⁹ *Diário de Notícias*, 28-03-1968, n.º 30504.

restaurante e casa de chá, da autoria do arquitecto Rui Goês Ferreira, a edificar na parte sul do Parque, sobranceiro à estrada da Pontinha¹⁰⁰. Para a consecução destas obras a Câmara recebeu da Sociedade de Investimentos Turísticos da Ilha da Madeira um milhão de escudos, da importância total de um milhão e quinhentos mil escudos, que por contrato aquela Sociedade assumiu a obrigação de pagar, como contribuição nos encargos com o arranjo do Parque de Santa Catarina.

Nesta época, o golfe era já um desporto que atraía muitos turistas. A CMF, a Junta Geral e a Delegação de Turismo constituíram uma sociedade mista, para a construção e exploração dum campo de golfe, com uma área de 600 000 m², a construir no Chão da Lagoa, com características internacionais, dotado de uma estalagem com piscina, casa de abrigo para o pessoal, restaurante, armazém para equipamentos, casa para o director e encarregado. Junto a ele, pensou-se ainda construir uma reserva de caça que poderia ser explorada pela mesma sociedade. O projecto ficou a cargo do arquitecto Henry Cotton. Em Julho de 1971, estavam lançados os três *greens* e os três *dees* e ainda os *sairways*, n.ºs 1, 2, 5, 6 e 7. Com o advento do 25 de Abril de 1974, esta obra não chegou a concluir-se.

A preocupação pela boa imagem turística da cidade originou uma campanha levada a cabo pela CMF, em meados de 1971, que tinha como slogan: «Não colabore limpando, colabore não sujando». Foi uma campanha educativa promovida por cerca de 200 estudantes e professores do ensino secundário, que visava sensibilizar a população do Funchal a não sujar a sua cidade.

Aproveitando a visita à Madeira do ministro de Estado Adjunto da Presidência do Conselho, em Outubro de 1968, a CMF decidiu homenagear o navegador Cristóvão Colombo, que esteve algum tempo no Funchal, com a colocação duma estátua no Parque de Santa Catarina, junto à capela, de frente para o mar¹⁰¹. Em 1970, a CMF procedeu, aqui, ao descerramento de uma lápide comemorativa do 5.º centenário de Vasco da Gama.

No capítulo da educação e da cultura, o objectivo prioritário foi a construção de edifícios escolares concretizados em S. Martinho (Igreja Velha – dez salas e cantina), Nazaré (quatro salas), S. Roque (quatro salas e cantina) e uma sala de aulas provisória no Bairro da Ajuda. A intenção da CMF era dar um maior impulso a estas construções, já que grande parte das escolas em funcionamento se localizava em edifícios arrendados, apresentando grandes deficiências. Continuou-se com a política

¹⁰⁰ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 09-09-1971, lv.º 88, fls. 120-126.

¹⁰¹ *Diário de Notícias*, 13-10-1968, n.º 30605.

de participações, através da Delegação de Turismo, à Academia de Música e Belas Artes da Madeira e a outros agrupamentos de carácter cultural, subsidiaram-se viagens de estudo e promoveram-se concertos populares, apoiou a realização de conferências e congressos, facultou-se o salão nobre do Teatro para exposições, incentivou-se a criação de um novo museu para colocação das obras de Henrique e Francisco Franco, adquiridas em 1966, e publicou-se uma nova edição das *Ilhas de Zargo*, do Padre Eduardo Nunes Pereira.

Em 1970, parte do Campo D. Carlos, que pertencia ao Exército, foi cedida à CMF a fim de ser integrada na Avenida do Mar. No dia 17-09-1971, a CMF adquiriu o Campo na sua totalidade, ao Estado Português, pela quantia de 5 000 000\$00, com a contrapartida de construção de um bloco de casas para oficiais e sargentos em S. Martinho, junto da carreira de tiro, destinando-o a logradouro público e impedindo ali construções de habitação e serviços¹⁰². A Câmara decidiu ainda abrir concurso para o projecto de urbanização do Campo e construção de novas instalações para o parque infantil D. Lúcia Nosolini, aí existente.

Em termos de saúde pública e assistência social, esta câmara deu todo o apoio aos munícipes necessitados, destinando-lhes, em 1965, a verba de 1 830 000\$00, distribuída entre as várias instituições de assistência do concelho, e criou, nos quadros da Câmara, o lugar para uma assistente social.

Tendo em vista a elaboração do Plano Director para a Cidade do Funchal, a CMF organizou, em Janeiro de 1969, no Funchal, um fórum sobre Urbanismo. Foram convidados a participar, durante a semana de 4 a 10 desse mês, dedicada ao estudo e discussão do «Esboço do Plano Director do Funchal», várias personalidades madeirenses e continentais relacionadas com esta temática. A ideia da realização deste colóquio era esclarecer o papel da cidade nos problemas da vida urbana,

¹⁰² A Secretaria de Estado do Tesouro publicou a seguinte portaria: «Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado do Tesouro, que, nos termos do Decreto-Lei n.º 97/70, de 13-03-1970, seja cedida, a título definitivo, à Câmara Municipal do Funchal, a parcela de terreno com a área de 25 675 m², conhecida por «Campo de D. Carlos I», a qual se destina à execução da Avenida do Mar e respectiva urbanização. Por esta cessão e como contrapartida, fica a Câmara obrigada a construir em terreno do Estado, da antiga carreira de tiro, que constitui o prédio militar n.º 52, 24 residências em quatro blocos, sendo 1 para oficiais com 6 residências e os restantes 3 para sargentos, tudo conforme os projectos aprovados pelo Ministério do Exército, devendo obra ficar concluída no prazo de quatro anos, a contar da data da aprovação do projecto definitivo, e cujo valor global foi considerado por ambas as partes como equivalente ao do Campo de D. Carlos I. Se a Câmara Municipal do Funchal não cumprir o prazo acima estipulado, fica obrigada a pagar ao Estado, a título de Indemnização, a quantia de 5 149 480\$00. Se o incumprimento for total, ou, sendo parcial, a que resultar depois de deduzidas as importâncias efectivamente despendidas». Campo D. Carlos portaria da Secretaria de Estado do Tesouro que cede o Campo à CMF (*Diário de Notícias*, 11-10-1970, n.º 31312).

derivados da expansão desregrada, de forma a disciplinar e planear a expansão do urbanismo. Além das comunicações, foram promovidas sessões de cinema e exposições que visavam divulgar os problemas urbanos e a sua possível resolução urbanística. Na inauguração do Colóquio, Fernando Couto dizia que

«para além de entendermos ter a cidade o direito de conhecer o que se propõe acerca do futuro do seu planeamento urbanístico, verificarmos não poderem os Municípes emitir uma opinião válida sem primeiramente terem tido oportunidade de meditar toda a gama de elementos e factores que têm de ser considerados para a elaboração de um «Plano Director», resolveu a Câmara promover o «Colóquio de Urbanismo – Apresentação pública de Estudos Urbanísticos para a Cidade do Funchal», de que a série de palestras, que hoje inauguramos é uma das partes do programa»¹⁰³.

Por despacho do ministro das Obras Públicas, de 07-08-1969, foi aprovado o «Plano Director da cidade do Funchal – Esboceto», para ser desenvolvido em ante-projecto. Na reunião camarária de 30-04-1970, foram aprovados o Plano Director da Cidade do Funchal e o regulamento de ocupação edificada, da autoria do arquitecto José Rafael Botelho, tendo a Câmara deliberado por unanimidade:

«1 – Considerar o trabalho em apreciação demonstrativo, não só das excepcionais qualidades técnicas do seu autor, como de uma seriedade intelectual invulgar, tendo em vista a forma exaustiva como recorreu à observação e estudo das características do Concelho, em que baseia a proposta concretizada no presente Plano; 2 – Manifestar o seu apreço pelo facto do Plano Director ter sido entregue num prazo relativamente curto, o que significa ter o seu autor sabido corresponder às razões de urgência da Câmara; 3 – Tendo em consideração: a) que as soluções do plano em apreciação correspondem ao desenvolvimento do «Esboceto» anteriormente estudado e aprovado pela Câmara; b) que dadas as circunstâncias em que decorrem os estudos que conduziram à sua elaboração, beneficiou a Câmara de, a par e passo, os ir seguindo e manifestando a sua opinião; c) que as propostas constantes do plano, quer no que respeita à expansão da Cidade, quer à sua renovação, regeneração e conservação, se integram plenamente na política geral de desenvolvimento, no sentido de promover o desenvolvimento da Região, de que o Funchal é capital, considerada de interesse turístico prioritário, no sentido ainda de fomentar a construção habitacional, impulsionar a instrução e estruturar a administração em moldes de, com o menor dispêndio, se conseguir a maior rentabilidade dos serviços públicos; 4 – Tendo finalmente em consideração que o «Plano» propõe, com a flexibilidade desejável, orientação para os vários aspectos de organização e desenvolvimento urbano, adentro de uma previsão do seu crescimento no decurso dos próximos vinte anos, sem esquecer a sua integração no Distrito, como ressalta, por exemplo, da rede viária prevista; Aprovar o plano Director da Cidade do Funchal e o Regulamento da Ocupação Edificada da autoria do Sr. Arquitecto José Rafael Botelho, e mais que o mesmo seja submetido à apreciação da Comissão Municipal de Higiene, do Conselho Municipal e da Comissão de

¹⁰³ *Diário de Notícias*, 05-01-1969, n.º 30685.

Arte e Arqueologia, para, seguidamente e acompanhado dos pareceres das entidades acima referidas, ser presente à apreciação da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, Conselho Superior de Obras Públicas e de Sua Excia. o Sr. Ministro das Obras Públicas, emitindo o voto de que a tramitação acima mencionada se processe com a maior celeridade»¹⁰⁴.

A Câmara decidiu ainda realizar o plano de urbanização da zona do hospital distrital, já que fora autorizada a contrair um empréstimo de 25 000\$00, na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, para construção de arruamentos de acesso ao futuro Hospital Regional do Funchal e a expropriação dos terrenos necessários a essa obra e de uma área envolvente, na qual seria realizado o plano parcial de urbanização aprovado em Setembro de 1968, pelo ministro das Obras Públicas, com a área total de 4,6 hectares, entre a Rua dos Ilhéus e o Largo da Cruz de Carvalho. O plano aprovado incluía uma série de moradias unifamiliares com um máximo de dois pisos, habitações plurifamiliares em blocos de vários andares, uma escola e uma zona comercial.

Por despacho ministerial de 23-03-1972, segundo o parecer n.º 3832 e seu aditamento do Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes, o Plano Geral de Urbanização da Cidade e o Plano Parcial da Frente de Mar, a sul do Pico da Cruz, foram definitivamente aprovados.

No despacho de homologação do Plano Director da Cidade do Funchal, o Secretário de Estado das Obras Públicas, José Adolfo Pinto Eliseu, afirmava:

«A convergência dos vários pareceres emitidos [...] oferece a garantia de estar-se, de facto, em presença de um valioso instrumento de disciplina e promoção urbanística da cidade dotado das indispensáveis condições de flexibilidade possível, portanto, dos ajustamentos que vierem a tornar-se necessários. Com o conhecimento que tenho da sua importância, acompanho o Conselho na recomendação que formula quanto ao problema das ribeiras que atravessam a cidade e nesse sentido, determino que pela direcção Geral dos Serviços Hidráulicos seja prestada circunstanciada informação quanto à situação do processo»¹⁰⁵.

O texto do parecer sobre o Plano Director da Cidade, publicado pelo Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes, foi considerado de grande interesse. Porém, dada a sua extensão – 94 folhas –, o presidente da Câmara deu conhecimento, na reunião camarária de 13-04-1972, de apenas alguns trechos que considerou mais importantes, nomeadamente na página 80:

«O Conselho considera exemplar o sistema de trabalho adoptado: a criação de um Gabinete de Urbanização dentro da Câmara Municipal honra o Município e o Urbanista. Com

¹⁰⁴ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 30-04-1970, lv.º 85, fls. 134-147.

¹⁰⁵ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 13-04-1972, lv.º 90, fls. 38-56.

efeito não se descortina melhor modo de atingir os objectivos em vista, quer quanto à recolha de elementos de inquérito, quer quanto à dinamização do Plano»¹⁰⁶.

E mais adiante:

«Também é de referir, muito especialmente, a exposição e colóquio de urbanismo, promovido em boa hora pela Câmara Municipal, apesar da celeuma e protestos a que deu lugar o debate público que, todavia, teve o condão de divulgar os objectivos, as dificuldades e as razões das soluções urbanísticas perfilhadas. Infelizmente o nosso público ainda não está suficientemente consciencializado para saber sobrepor os interesses da colectividade aos Individuais e, assim verifica-se que a quase totalidade, senão a totalidade, de protestos – que os houve, estão apensos ao processo e o relator teve o cuidado de ler – pretendem defender, interesses particulares e não gerais. Contudo, a validade, quer da exposição, quer do colóquio, quer da abertura dos próprios debates, parece indiscutível: os funchalenses ficaram a saber muito mais do que sabiam da sua própria cidade e ficaram a saber também que há administrações e técnicos, à altura da sua missão»¹⁰⁷.

O Conselho salienta ainda que o Plano dá satisfação às disposições do Decreto-Lei n.º 560/71 e do Decreto-lei n.º 561/71.

No que se refere ao Plano Parcial de Urbanização da Frente de Mar, o parecer foi do seguinte teor: «O Conselho Superior das Obras Públicas e Transportes pela 1.ª subsecção da sua 3.ª secção, considera o Plano Director do Funchal muito bem elaborado e, portanto, em condições de merecer aprovação e que este parecer foi aprovado por unanimidade». Leu ainda algumas passagens do parecer do Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes sobre este Plano Parcial, nomeadamente:

«Concorda o Conselho com este zonamento e acompanha o autor nas suas recomendações, o sentido que se não consintam construções desintegradas de planos parciais de conjunto que deverão abranger, pelo menos, uma das «unidades referenciadas na planta respectiva». Também o Conselho apoia o autor no que respeita a uma zona costeira de recreio, de utilização pública e não restrita aos usuários. Com hotéis que lhe sejam contíguos»¹⁰⁸.

Quanto aos índices de ocupação, verificou o Conselho que o autor respeitou os fixados no Plano Director para

«a zona e para as sub-zonas TRA e TRB, resistindo às pressões que necessariamente, não-de ter pesado sobre a Câmara Municipal e sobre ele próprio. A especulação tende, em todos os casos, a elevar os índices indefinidamente quer-se salientar que a especulação desordenada conduz por vezes à inoperância, com prejuízo de todos»¹⁰⁹.

¹⁰⁶ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 13-04-1972, lv.º 90, fls. 38-56.

¹⁰⁷ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 13-04-1972, lv.º 90, fls. 38-56.

¹⁰⁸ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 13-04-1972, lv.º 90, fls. 38-56.

¹⁰⁹ ABM, CMF, Acta da Comissão Administrativa, 13-04-1972, lv.º 90, fls. 38-56.

Na sequência da aprovação do Plano Director Municipal para a cidade do Funchal, Fernando Couto, nesta mesma sessão, considerando que com este acto o seu trabalho em prol da cidade estava terminado, comunicou à Vereação que apresentaria, nesse dia, ao chefe do Distrito, coronel António Braancamp Sobral, o pedido de exoneração das suas funções de presidente da Câmara do Funchal, o que veio efectivamente a fazer.

Na posse do novo presidente da Câmara, António de Agrela Gomes Loja, o vice em exercício, Velosa Ferreira, explicitou o alcance do Plano Director do Funchal, definindo-o como um abrir portas para o futuro:

«Procedeu-se a um levantamento topográfico de todo o concelho, que para poder ser rápido foi realizado usando uma técnica aéreo fotogramétrica, ou seja, foi um levantamento obtido a partir de fotografia aérea, permitindo, por conseguinte, uma actuação rápida e assente predominantemente em elementos reais. A importância desta peça de trabalho, desnecessário se torna exaltar, pois é, para todos bem evidente. A criação do Gabinete de Urbanização veio permitir de início o desenvolvimento de trabalhos de inquérito e análise, culminando nos tempos mais recentes com o Plano Director da Cidade, aprovado há bem poucos dias pelas instâncias superiores. Trata-se de uma peça que, além de constituir um dispositivo com força legal, possibilita a actuação em múltiplos domínios, nomeadamente – ensino, turismo, social, habitação – novas vias e arruamentos, jardins, parques públicos, estacionamentos, trânsito, ocupações marginais aos arruamentos, etc [...]. Nestes últimos anos foi também projectada a rede de esgotos para o concelho, que se determinou ser separativa: – dum lado, rede pluvial, a lançar nas ribeiras ou nos cursos de água existentes; doutro lado, rede de águas negras. As águas negras seriam todas recolhidas na parte baixa da cidade, sofrendo o necessário tratamento de modo a permitir o seu lançamento em pontos a determinar, evitando-se, assim, com este tratamento qualquer contaminação ou poluição. Mereceu também cuidado especial o problema dos lixos, que virá a culminar com a construção da respectiva estação de tratamento. Os lixos serão tratados por um processo de fermentação acelerada, obtendo-se um composto em boas condições de fertilizante para as terras, desaparecendo por este modo o actual e grave problema do destino final dos lixos. No tocante à rede de distribuição de águas, é com satisfação que anuncio a entrada em funcionamento da Estação de Tratamento de Águas para o próximo mês de Novembro. Esta estação ergue-se à saída do Túnel dos Tornos. As águas sofrerão um tratamento de flocculação, seguido de filtração, fazendo-se também tratamento da agressividade e, finalmente, o tratamento bacteriológico com coraminas. Criou-se também um laboratório de análises bacteriológicas de águas, onde se procede ao controle diário da água que se distribui na rede. Foram concluídos os reservatórios da Pena e São Martinho. Com o lançamento da Adutora Principal, obra actualmente em praça, – saindo dos Tornos e avançando pela Esplanada das Babosas e descendo o Caminho do Lombo –, resolver-se-ão todos os desequilíbrios de distribuição, especialmente na zona oriental, na parte baixa da cidade e na parte central e alta do concelho, entre a Ribeira de João Gomes e a de Santa Luzia. No tocante aos serviços sociais do funcionalismo camarário, V. Exa. terá de prosseguir os seus estudos, não esquecendo o numeroso lote de funcionários e as regalias que outros

organismos do Estado vêm oferecendo. Existem já alguns trabalhos de base, aguardando-se uma proposta de Regulamento da Comissão especialmente criada para o efeito. Em matéria de asfaltamentos, a Câmara tem vindo a lançar tapetes betuminosos, procurando, sempre que possível, lançar no respectivo subsolo as redes separativas de esgoto. Dispõe também a Câmara de quatro planos parciais de urbanização, já aprovados superiormente: – Zona de Renovação Mercado-Liceu, Plano de Frente de Mar, Nazaré e Novo Hospital. Senhor Presidente: A maioria destas obras não são visíveis ou palpáveis do exterior, como, inicialmente referi, mas creio constituirão um substrato basilar ao desenvolvimento da Cidade. Com carácter mais palpável, a Câmara abriu os novos arruamentos Campo da Barca – Bom Sucesso, acesso ao Hospital Regional e tem em vias de conclusão as obras do Parque de Santa Catarina»¹¹⁰.

O governador civil também não esqueceu de enaltecer a obra de Fernando Couto, dizendo a esse respeito:

«A seu pedido, concedi em 15 de Abril de 1972, a exoneração do cargo de Presidente desta Câmara Municipal, ao Sr. Dr. Fernando de Almeida Couto. É dever de consciência agradecer o seu espírito de entrega, a vontade com que procurou encontrar a melhor e mais correcta solução para os problemas que a Câmara teve que apreciar e resolver e a forma como durante quase sete anos entregou ao exercício do cargo toda a sua inteligência e dedicação e compartilhou com a Câmara e com os seus serviços a realização de planos difíceis e delicados, mas que, pela disciplina que em si encerram e pela aprovação superior que lhes foi dada, com louvor, dignificam os seus autores e constituirão certamente precioso auxiliar dos seus executores»¹¹¹.

2.6. António de Agrela Gomes Loja (1972-1974)

A 7 de Maio de 1972, foi nomeado presidente da CMF António de Agrela Gomes Loja¹¹², então presidente da Direcção da Caixa de Previdência e Abono de Família do Distrito do Funchal. A posse realizou-se nos Paços do Concelho, a 22 desse mesmo mês. No acto solene, o governador civil reconhecia o aumento dos problemas e a crescente complexidade da vida administrativa do Concelho, discorrendo sobre

¹¹⁰ *Diário de Notícias*, 23-05-1972, n.º 31887.

¹¹¹ *Diário de Notícias*, 23-05-1972, n.º 31887.

¹¹² António de Agrela Gomes Loja nasceu em 1930 e licenciou-se em Finanças pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras em 1959. No ano seguinte entrou para a então Caixa Sindical de Previdência do Distrito do Funchal, sendo promovido a chefe de divisão no mesmo ano. Em Janeiro de 1966, e a seu pedido, foi transferido para chefe de divisão da Caixa de Previdência de Vila Real e em Setembro do mesmo ano transferido, também a seu pedido e por conveniência de serviço, para a Caixa Sindical de Previdência e Abono de Família e dos Serviços Médicos Sociais do Distrito do Porto, tendo sido promovido a director de serviços daquela Caixa em Fevereiro de 1968. Em Julho de 1970, foi nomeado presidente da Direcção da Caixa de Previdência e Abono de Família do distrito do Funchal. Foi vogal da Comissão Distrital e presidente da Comissão Concelhia do Funchal da União Nacional. Fazia parte do Conselho Municipal do Funchal (ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, s.d., *António de Agrela Gomes Loja*).

a importância do município na vida das populações e, citando Marcelo Caetano, recordava que

«ainda que os Municípios hoje em dia não possam deixar de colaborar intimamente com o Governo e de inserir-se no plano geral da acção do Estado, as instituições municipais não são Estado; traduzem as comunidades vicinais formadas nas áreas concelhias, existem pela natural conveniência e necessidade de participação dos vizinhos na resolução dos problemas locais, têm fins próprios a realizar e para essa realização dispõem de poderes que exercem com autonomia [...]. Os interesses colectivos, cada vez mais vastos e mais complexos, tornam indispensável a presença, nos órgãos municipais, e no exercício do poder municipal, dos homens mais capazes de bem desempenharem as funções que venham a ser-lhes cometidas»¹¹³.

A 02-08-1972, devido à saída de Adriano Velosa Ferreira, o governador civil nomeou Francisco Assis Correia novo vice-presidente da CMF.

Tal como as anteriores comissões administrativas da CMF, também nesta a acção da Câmara foi bastante condicionada pelo reduzido volume das receitas ordinárias de que dispunha, e, tendo tido embora um ligeiro aumento, o mesmo foi absorvido pelo acréscimo das despesas resultantes da criação dos Serviços Sociais, deliberada na reunião de 03-08-1972, e também no acréscimo de despesas derivadas da actualização de vencimentos dos funcionários.

Esta vereação prosseguiu os trabalhos relacionados com a reparação e reconstrução de pavimentos e lançamento de tapetes betuminosos, tendo em consideração a sua importância dentro do sistema viário do concelho. Colaborou, juntamente com as outras instituições do Distrito, no sentido da concretização de vários projectos para a construção de bairros sociais em várias zonas da cidade, contando para o efeito com o apoio e colaboração da Fundação Salazar e da Caritas Portuguesa, entre outros.

Por deliberação de 12-10-1972, foi entendido adjudicar o terreno necessário à implantação das habitações, do equipamento social (escolas, campos de jogos, estabelecimentos comerciais, etc.) e das infra-estruturas (arruamentos, muralha de protecção, etc.) no previsto Bairro de Santo António. Previa-se a construção, no referido bairro, de 204 fogos, promovidos pela Fundação Salazar (84 fogos), pela Caritas (80 fogos) e pela Câmara Municipal (60 fogos). Para a consecução desta obra, a Câmara contou ainda com a colaboração da Junta Geral do Distrito, que construiu a muralha de protecção da Ribeira de Santo António. A 04-06-1973 a Câmara adquiriu um terreno anexo, a englobar neste bairro, pelo preço de 380 000\$00.

¹¹³ *Diário de Notícias*, 23-05-1972, n.º 31887.

Integrado no Plano de Urbanização da Zona do Hospital, a Câmara promoveu aqui a construção de blocos de rendas baixas, também com o apoio da «Habitações Económicas» – Federação de Caixas de Previdência, após a construção do acesso ao Novo Hospital Regional, que ficou concluído em 1973. Com a aprovação do Plano Parcial da Frente Mar, a Câmara procedeu à execução das infra-estruturas que possibilitariam fomentar a realização das construções previstas. Esta vereação diligenciou no sentido da construção de casas de renda económica nos terrenos sobranceiros ao Caminho Velho da Ajuda, com o apoio da «Habitações Económicas». A abertura de propostas para a sua construção realizou-se no dia 28-12-1972; a construção de arruamentos, acessos, campos, escadarias e muros de suporte, foi levada a cabo pela CMF. O acordo celebrado entre a CMF e a Caixa Nacional de Pensões, sucessora da entidade atrás referida, possibilitava a construção de 149 fogos de acordo com a deliberação tomada a 23-11-1972, e homologada por disposição do secretário de estado do Trabalho e Previdência de 30-12-1972, coroando-se, assim, com este acordo, a acção desenvolvida pelas vereações camarárias, desde meados de 1962. A 06-04-1973, foi celebrado o auto de consignação das obras que já estavam em execução e que se previam concluir no decorrer do ano de 1974.

António Gomes Loja também diligenciou junto do Fundo de Fomento da Habitação no sentido desta entidade promover a construção de habitações (cerca de 1800 fogos) na zona da Nazaré, em São Martinho. Este bairro integrava-se no Plano da Zona da Nazaré, aprovado por despacho de 01-06-1971, do secretário de estado das Obras Públicas, que previa a construção de cerca de 1900 fogos. A colaboração da CMF traduzir-se-ia em garantir as necessárias infra-estruturas, arruamentos, estacionamento, recreios infantis e de jogos, espaços verdes e redes públicas de águas e de esgotos. O bairro seria, no entanto, concluído após 1974.

Na reunião de 20-07-1972, foi aprovado o Plano de Pormenor para a Avenida do Infante e ruas do Favila, dos Ilhéus e Jasmineiro, sancionado pelo Conselho Municipal de 13-09-1972, sendo a zona a sul da Avenida do Infante delimitada pela Rua da Imperatriz Dona Amélia, prevista como zona destinada a habitação, instalações hoteleiras e estabelecimentos comerciais. A 28 de Setembro desse ano, foi aprovado o «Plano Parcial das Cérceas da Rua 31 de Janeiro», que seria sancionado pelo Conselho Municipal, a 14-02-1973. A 06-12-1973, foi entendido proceder à elaboração de planos de pormenor em outras zonas do Concelho do Funchal. Para o efeito decidiu-se consultar um arquitecto urbanístico para a elaboração de planos de pormenor em três zonas do concelho (1 – Madalena, 2 – Ribeiro Real e 3 – Pilar) e zonas da Achada e do Amparo.

Com a chegada ao Funchal do novo governador civil, Daniel Rocheta, a 03-04-1974, realizou-se nos Paços do Concelho uma reunião de trabalho, presidida por este, com a finalidade de se inteirar da acção desenvolvida pela CMF. Nessa reunião, foram apresentados e analisados vários projectos, alguns então em execução, e que se identificavam com aspirações e necessidades concelhias, nomeadamente o Plano Parcial de urbanização da zona da Nazaré (S. Martinho), Bairro da Ribeira de Santo António, Bairro do Hospital, Plano Parcial de Renovação da Zona Mercado – Liceu; Escolas Primárias; Planeamento de aquisição de terrenos e adjudicação de empreitadas, Abastecimento de Água e a Estação de Tratamento de Águas e Estação de Tratamento de Lixos: – Conduitas adutoras: adutora principal, Estação de Tratamento e adutora do Lombo (Largo das Babosas), e reservatório de Santa Luzia; – Busca de nova origem de água potável para prover as necessidades de abastecimento a médio prazo (5 anos); – Lançamento no Oceano do afluyente urbano de esgotos (emissário e tratamento de esgotos).

A 25-05-1972, foi deliberado adjudicar a obra de construção da piscina infantil integrada nas instalações do Lido e elaborar o projecto para a criação de «docas de estacionamento», na faixa sul da Avenida do Mar, destinadas a automóveis ligeiros. O projecto para «docas de estacionamento» constituiria o início da resolução de um grave problema cidadão provocado pelo rápido aumento do parque automóvel da Madeira. A 24-08-1972, foi decidido adjudicar a construção desta obra, destinada ao estacionamento de 58 automóveis, em frente da Rampa dos Lavradores, sendo sancionada pelo Conselho Municipal de 13-09-1972.

O abastecimento de água ao Concelho e alargamento às freguesias suburbanas, construção de uma rede de esgotos e criação de uma estação de tratamento de lixo eram também reivindicações da população funchalense, a que esta comissão deu particular atenção. Na sessão de 28-09-1972, foi adjudicada a obra de lançamento da adutora principal que traria água potável a novas zonas do Concelho, permitindo o alargamento da rede de distribuição às zonas altas das freguesias de Santa Maria Maior e S. Gonçalo, até o nível da Levada do Bom Sucesso, vindo assim servir uma região densamente povoada e de progressiva urbanização. Esta adutora, depois de concluída, transportaria água desde a Estação de Tratamento dos Tornos (em fase adiantada de construção) até ao Largo das Babosas, servindo, no percurso, as adutoras do Caminho dos Saltos e do Caminho do Lombo, terminando com as deficiências de abastecimento às zonas baixa e oriental e alta e central do concelho, entre as

ribeiras de João Gomes e de Santa Luzia. Em face das grandes solicitações de caudal, fundamentalmente originadas pelo surto de desenvolvimento turístico, foi decidido executar a segunda fase da Estação de Tratamento de Águas que, uma vez concluída, forneceria diariamente 40 000 m³ de água, prevendo-se que esta obra ficasse concluída em Junho de 1973. Durante o ano de 1974, previa-se o início da construção de dois reservatórios, um na Rua do Dr. Pita e outro no Caminho do Amparo, com 4000 m³ de capacidade. Na parte referente ao Plano Parcial de Urbanização da Frente de Mar, procedeu-se já à remodelação do projecto de abastecimento de água a esta região. Depois de elaborado o estudo económico deste empreendimento, o Estado definiu a sua comparticipação, por despacho de 05-07-1972, do ministro das Obras Públicas, que foi estabelecida em 63,65%.

Em relação ao melhoramento da rede de esgotos, esta vereação concluiu a primeira fase das obras de saneamento da zona de expansão turística, com a colocação de duas centrais elevatórias que evitariam a queda do caudal de esgoto na orla marítima, a poente do molhe da Pontinha. Encontrava-se aberto, em 1973, concurso para o fornecimento e montagem do equipamento das duas centrais elevatórias. O estudo relativo ao destino final do esgoto do concelho, elaborado pelo Gabinete de Estudos Hidráulicos (Secção de Engenharia Sanitária) por incumbência da CMF, foi submetido à apreciação dos Serviços Sanitários, em 07-11-1972.

Ainda durante a comissão camarária anterior, por despacho de 23-8-1971, do secretário de estado das Obras Públicas, foi aprovada a adjudicação da obra de construção de uma unidade transformadora de lixos. Por despacho de 08-07-1972, do ministro das Obras Públicas, foi concedida a comparticipação de 17 500 000\$00 (o custo foi estimado em 31 830 856\$22) para a construção da Estação de Tratamento de Lixos, a localizar na Ribeira de Santa Luzia. Embora a sua execução representasse um grande esforço financeiro para o Município, a verdade é que se tornava urgente a resolução deste problema, pois a situação existente de proceder ao aterro do lixo nas margens de acesso ao Túnel dos Tornos não era a mais adequada. Nos finais de 1972, o processo encontrava-se em fase de expropriação dos terrenos necessários à via de acesso e à implantação da Estação de Tratamento de Lixos. Aguardava-se que em 1973 fosse possível iniciar os trabalhos para a sua construção. No entanto, em meados deste ano, o presidente constatava que ainda não tinha sido celebrado o contrato de adjudicação de construção da unidade transformadora de lixos, visto a Câmara não dispor da totalidade dos terrenos imprescindíveis à implantação daquela

construção e da necessária via de acesso. A 16-05-1973, foi celebrada uma escritura de aquisição de terrenos, pelo preço de 1 350 000\$00 para esta construção. Entretanto, as propostas dos concorrentes ao concurso de construção¹¹⁴ encontravam-se nesta data em fase de análise e informação pelos serviços técnicos desta Câmara. Por despacho de 23-08-1971, o secretário de estado das Obras Públicas aconselhou a Câmara a adjudicar o fornecimento e montagem da estação de tratamento de lixos para a cidade do Funchal à firma SETAL – Sociedade de Estudos e Tratamentos de Águas, Lda.

A promoção do ensino primário foi uma das grandes apostas desta CACMF presidida por António Loja que, para o seu desenvolvimento, agendou uma reunião na CMF, a 03-08-1973, com o secretário de estado das Obras Públicas, José Adolfo Pinto Eliseu, aproveitando a sua estadia na Madeira, para definir prioridades e estabelecer um plano que possibilitasse o alargamento das escolas às freguesias suburbanas da cidade, destacando-se a construção de novos edifícios/salas, muitos deles dentro do sistema P3¹¹⁵, que a Câmara sugeriu ao secretário de estado das Obras Públicas. Na altura existiam apenas 83 salas de aula com condições para o exercício da função e 97 eram alugadas, não reunindo os requisitos indispensáveis.

Em resultado desta reunião foram programadas 170 salas de aula pelo Plano Director¹¹⁶, contra as 231 propostas pela CMF, por um período até 1990. Ficou decidido ainda que os engenheiros José Manuel Ribeiro e Fernando Ribeiro Pereira se deslocariam a Lisboa para, junto das entidades competentes, estudarem as

¹¹⁴ *Diário do Governo*, 30-07-1973, n.º 177, III série.

¹¹⁵ Em substituição da traça do Plano dos Centenários, o Governo do Estado Novo lançou, na década de 1970, o projecto P3, substancialmente diferente das construções escolares anteriores e que era, no essencial, um modelo de escola de área aberta, com traços arquitectónicos copiados dos países escandinavos.

¹¹⁶ O plano de construção de escolas em todo o concelho seria distribuído da seguinte forma: Rua Pedro José de Ornelas – dois edifícios de três para quatro salas; Rua da Conceição – um de seis salas, em terreno a designar; Rua da Carreira – dois edifícios, sendo um de oito e outro de quatro salas; Louros – um com quatro salas; Zona do Paiol – um com seis salas; Bairro dos Viveiros e Muro da Coelha – núcleo conjunto; Rua do Til – um com quatro salas; Ribeiro Domingo Dias – com seis salas; Salão (Santo António) – dois edifícios com quatro salas cada; Madalena (Santo António) – dois edifícios de seis salas; Laranjal (Santo António) – um de seis salas; Boliqueime (S. António) – um de seis salas; Vasco Gil (Santo António) – um de duas salas; Ladeira (Santo António) – um de oito salas; Núcleo Tanque – Santo Amaro (Santo António / S. Martinho) – dois, sendo um de quatro e outro de oito salas; Chamorra (Santo António) – um de quatro salas; Três Paus (Santo António) – um de duas salas; Fajã (Santo António) – um de uma sala; Ajuda – oito salas; Lombo da Quinta (S. Gonçalo) – um de duas salas; Salões (S. Gonçalo) – um de quatro salas; Igreja (S. Gonçalo) – doze salas; Cancela – um de uma sala; Farrobo de Baixo (S. Gonçalo) – de duas salas; Água de Mel – seis salas; Galeão – dois de seis salas; cada em dois núcleos [sic]; Quinta dos Reis – oito salas; Igreja (Monte) – um de seis salas; Curral dos Romeiros – duas salas; Tanque e Corujeira – 12 salas desdobradas (seis em dois núcleos); Livramento – dez salas (*Diário de Notícias*, 03-08-1973, n.º 32311).

características dos terrenos, prioridades de construção, facilidades na aquisição das áreas necessárias para a elevação dos novos edifícios e todos os outros detalhes imprescindíveis para que se concretizasse, em blocos vivos, esta obra. Para a sua execução, a Câmara contou com a participação financeira do Estado através do decreto-Lei n.º 487/71, de 09-11-1971.

Em 1973, a CMF decidiu construir um novo edifício junto do velho parque infantil D. Lívia Nosolini, no Campo D. Carlos I, para instalar o jardim-escola que funcionava ali desde 1939. A Câmara entendeu erguer um novo edifício com uma área de 1061 m², que fosse mais funcional, aproveitando os espaços disponíveis.

Em relação às actividades culturais, manteve o apoio financeiro à Academia de Música e Belas Artes, ao Cine Forum e a outras entidades e promoveu vários concertos no Teatro Municipal. Neste âmbito, salienta-se a exibição da Orquestra Filarmónica de Lisboa, em dois concertos, a 18 e 19-10-1973. Por este teatro passaram numerosos artistas de nomeada em recitais e concertos dirigidos ao grande público, de forma gratuita. Vieram, então, ao Funchal, Leslie Wright, Emanuel Ax, Amador Cortes Medina, Tomas Vesma, a pianista Marioara Trifan, entre outros. Facultou, ainda, a utilização do salão nobre do Teatro Municipal para exposições de pintura e fotografia.

Ao desenvolvimento do turismo deu esta vereação o seu total apoio, merecendo particular destaque o arranjo e embelezamento do Parque de Santa Catarina, diligenciando a construção do restaurante e casa de chá, cujo processo se encontrava em face de apreciação pelos serviços da Direcção-Geral de Turismo. Foi solicitada, em 25-07-1973, a comparticipação do Ministério das Obras Públicas, no custo da iluminação pública. Também se encontrava na fase de ultimação o projecto do parque infantil a localizar na referida zona. No sentido de manter a cidade limpa, instalou-se nas várias ruas da cidade, em larga profusão, recipientes para recolha de papéis e inutilidades várias, com o slogan: «Mantenha a cidade limpa».

A 26-04-1974, realizou-se a última sessão camarária desta CACMF, um dia depois da Revolução de 25 de Abril. Nesta reunião, a vereação ainda tomou a decisão de construir um parque subterrâneo para estacionamento de veículos ligeiros, na Praça do Município, hipótese que estava a ser estudada. A partir desta data e até à substituição desta Comissão Administrativa, o vice-presidente Francisco Assis Correia passou a exercer o cargo de presidente, não tendo António Loja comparecido mais às sessões camarárias.

Fontes Consultadas

Arquivo e Biblioteca do Funchal

Diário de Notícias, do Funchal, 1926-1974.

Diário da Madeira, 1926-1934.

Jornal da Madeira, 1923-1926 e 1933-1974.

O Jornal, 1927-1933.

Câmara Municipal do Funchal, Actas das Comissões Administrativas, 1926-1974, lv.^{os} 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 27, 28, 41, 42, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 57, 61, 64, 65, 66, 70, 74, 80, 85, 88 e 90.

Bibliografia Consultada

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, s.d., *António de Agrela Gomes Loja*, disponível em [https://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamara Corporativa/html/pdf/l/loja_antonio_de_agrela_gomes.pdf](https://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa/html/pdf/l/loja_antonio_de_agrela_gomes.pdf).

BENTO, Manuel Pires, 1928, *A Questão Municipal (Subsídios para a Reforma Administrativa)*, Castelo Branco.

BRAGA, Amílcar, 1997, «Legislação (1790-1996). Uma Sinopse», in SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da (coordenação e prefácio de), *Poder Central, Poder Regional, Poder Local, uma perspectiva histórica*, Lisboa, ed. Cosmos, pp. 125-142.

CLODE, Luís Peter, s.d., *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses, Sécs. XIX e XX*, s.l., Caixa Económica do Funchal.

COSTA, Adalberto e RIBEIRO, Carlos, s.d., *O Poder Local em Portugal – Contributos para o seu conhecimento*, Porto, Elcla Editora.

FREITAS, João Abel de, 2015, *A Madeira nos tempos de Salazar – A economia 1926-1974*, Lisboa, Colibri.

JANES, Emanuel, 1997, *Nacionalismo e Nacionalistas na Madeira nos Anos Trinta (1928-1936)*, Funchal, CEHA – SRTC.

JANES, Emanuel, 2001, «O Município do Funchal nos finais dos anos trinta, 1935-1940 – O dinamismo e a acção de Fernão de Ornelas», in VIEIRA, Alberto (coord.), *História dos Municípios: Administração, Eleições e Finanças – II Seminário Internacional – História do Município no mundo português*, Funchal, CEHA – SRTC, pp. 201-209.

- JANES, Emanuel, 2006, «O Município do Funchal no Início da República (1910-1912)», in AA. VV., *História do Municipalismo Poder Local e Poder Central no Mundo Ibérico – III Seminário Internacional*, Funchal, CEHA – SRTC, pp. 237-253.
- LOPES, Agostinho do Amaral, 2008, *A Obra de Fernão de Ornelas na Presidência da Câmara Municipal do Funchal, 1935-1946*, s.l., Edição Empresa Municipal “Funchal 500 anos”.
- OLIVEIRA, César (dir.), 1996, *História dos Municípios e do Poder Local: Dos Finais da Idade Média à União Europeia*, s.l., Círculo de Leitores e Autores.
- SANTOS, Filipe dos, 2006, «O Municipalismo no Recente Panorama Historiográfico Madeirense», in AA. VV., *História do Municipalismo Poder Local e Poder Central no Mundo Ibérico – III Seminário Internacional*, Funchal, CEHA – SRTC, pp. 271-290.
- SILVA, Fernando Augusto da e MENEZES, Carlos Azevedo de, 1984, *Elucidário Madeirense* (Fac-Símile da edição de 1946), 3 vols., SRTC-DRAC, Funchal.